



BMEP

Boletim Mensal de Economia Portuguesa

N.º 10 | Outubro 2010



Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

GPEAR I

**Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação,
e Relações Internacionais**

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Ficha Técnica

Título: Boletim Mensal de Economia Portuguesa

Data: Outubro de 2010

Elaborado com informação disponível até ao dia 22 de Outubro.

Editores

Gabinete de Estratégia e Estudos

Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento

Avenida da República, 79

1050-243 Lisboa

Telefone: +351 21 7998158

Fax: +351 21 7998154

URL: <http://www.gee.min-economia.pt>

E-Mail: gee@gee.min-economia.pt

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Av^a Infante D. Henrique n.º. 1 – 1.º.

1100 – 278 Lisboa

Telefone: +351 21 8823396

Fax: +351 21 8823399

URL: <http://www.gpeari.min-financas.pt>

E-Mail: bmep@gpeari.min-financas.pt

ISSN: 1646-9062

Índice

<hr/>	
Conjuntura	5
Sumário	7
1. Enquadramento Internacional	9
2. Conjuntura Nacional	12
3. Comércio Internacional	22
<hr/>	
Destaques	29
Proposta do Orçamento do Estado para 2011	31
Previsões Macroeconómicas do FMI	34
Procedimento dos Défices Excessivos – 2. ^a Notificação de 2010	37
<hr/>	
Artigos	39
Em Análise	41
Relacionamento Económico com Moçambique	41
<hr/>	
Iniciativas e Medidas Legislativas	51
<hr/>	
Abreviaturas Utilizadas	57

Conjuntura

Sumário

Enquadramento Internacional

- * A retoma da economia mundial prosseguiu ao longo do 3.º trimestre de 2010, embora se tenha assistido a um abrandamento da actividade económica dos EUA e da China. Neste período, a persistência da incerteza do ritmo de recuperação económica mundial e as perturbações relacionadas com as tensões no mercado da dívida soberana nalguns países da área do euro condicionaram o interesse mais pronunciado dos investidores nos mercados financeiros internacionais.
- * Nos EUA, os indicadores de confiança dos empresários e dos consumidores diminuíram no 3.º trimestre. Também, neste período, a globalidade dos dados quantitativos (vendas a retalho e produção industrial) desaceleraram, tendo apresentado um crescimento mais moderado. A taxa de desemprego diminuiu ligeiramente para 9,6% (9,7% no 2.º trimestre) e a taxa de inflação homóloga abrandou para 1,2% (1,8% no 2.º trimestre).
- * O indicador de sentimento económico da União Europeia (UE) e da área do euro (AE) referente ao 3.º trimestre continuou a melhorar, com destaque para o aumento da confiança dos consumidores e dos empresários da indústria. Para o conjunto dos meses de Julho e Agosto, a produção industrial abrandou; no entanto, tanto as exportações como as vendas a retalho revelaram-se mais fortes do que no 2.º trimestre. Em Agosto, a taxa de desemprego manteve-se em 10,1% na AE e a taxa de inflação homóloga da AE, aumentou para 1,8% em Setembro (1,6% em Agosto).
- * As taxas de juro a 3 meses subiram ligeiramente na área do euro em Outubro até ao dia 22, enquanto estabilizaram nos EUA. Em Setembro, as taxas de juro de longo prazo continuaram a diminuir nos EUA, embora de forma menos pronunciada face aos meses precedentes, enquanto apresentaram um ligeiro aumento na área do euro.
- * O preço spot do petróleo *Brent* subiu em Outubro, tendo a média do preço do *Brent*, até ao dia 22, registado o valor de 84 USD/bbl (60€/bbl).

Conjuntura Nacional

- * O indicador de clima económico do INE que sintetiza a informação qualitativa referente ao 3.º trimestre aponta para uma melhoria. Também, o indicador de actividade económica do INE, com informação quantitativa até Agosto sugere a continuação da recuperação da actividade económica.
- * A informação disponível para o 3.º trimestre, sugere ainda um abrandamento do consumo privado e uma recuperação do investimento.
- * Quanto aos fluxos de comércio internacional, nos meses de Julho e Agosto e em termos nominais, as exportações continuam com uma evolução favorável enquanto as importações desaceleraram significativamente.
- * Em Setembro, a taxa de inflação homóloga foi de 1,9%, igual ao mês anterior. A taxa de variação homóloga do IHPC foi de 2%, situando-se 0,2p.p. acima do verificado na área do euro.
- * Até Setembro, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 9318 milhões de euros, o que representa um agravamento de 208 milhões de euros face ao período homólogo. O excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 887 milhões de euros, representando uma diminuição de 116 milhões de euros face ao mesmo período de 2009. Os Serviços e Fundos Autónomos registaram um excedente na execução orçamental de 1017 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 202 milhões de euros face a igual período do ano anterior.

Comércio Internacional

O presente Boletim Mensal de Economia Portuguesa apresenta uma análise dos principais resultados preliminares das Estatísticas do Comércio Internacional para o período de **Janeiro a Agosto de 2010** e para o **comércio intra e extra-comunitário**.

- * De acordo com os **resultados preliminares do comércio internacional** para o mês de Agosto de 2010¹, nos *últimos três meses a terminar em Agosto de 2010*, as saídas aumentaram 14,9% e as entradas 11,4%, tendo-se agravado o saldo negativo da balança comercial (*fob/cif*) em 5,7% face ao mesmo período do ano transacto.
- * Entre *Janeiro e Agosto*, as saídas de mercadorias cresceram 15,6% e as entradas 11,2%. As exportações passaram a representar 64,7% das importações, o que reflectiu uma variação homóloga positiva de 2,4 p.p. da respectiva taxa de cobertura (*fob/cif*). Excluindo os *produtos energéticos*, o saldo negativo da balança comercial (*fob/cif*) registou um agravamento de 1,2%, com as saídas a crescer 12,2% e as entradas 7,9%.
- * Entre *Janeiro e Agosto*, as expedições para o *mercado comunitário* cresceram 14,8%, sendo que as expedições para países da UE-15 aumentaram 14,3% e as expedições para os países do Alargamento cresceram a um ritmo superior (18,1%). Destacaram-se países como a Bélgica (+47,2%), a Polónia (+25,5%), os Países Baixos (+23,7%), a Espanha (+14,5%) e o Reino Unido (+13,9%). As expedições de mercadorias cresceram, em termos homólogos, 12,5% para a Alemanha e 7,9% para a França.
- * *Nos primeiros oito meses de 2010*, as *exportações para os Países Terceiros* (18,1%) cresceram a um ritmo superior ao das expedições para o mercado comunitário. Este comportamento positivo deveu-se às taxas de crescimento das saídas para países como o México (+89%), Brasil (+73%), Turquia (+50,1%) e EUA (+44,8%). Por outro lado, mantém-se o contributo negativo por parte de Angola (-21,8%).
- * *Entre Janeiro e Julho de 2010*, de acordo com as estatísticas da Balança de Pagamentos, as “exportações” de bens e serviços registaram uma variação homóloga positiva de 11,3%, com as “exportações” de bens a crescer 14,1% e as dos serviços 5,6%.

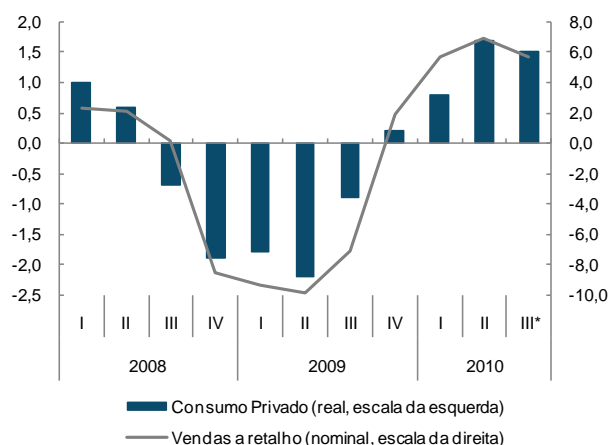
¹ Incluem estimativas preliminares para o Comércio intra e extra comunitário para o mês de Agosto. A análise apresentada considera a versão corrigida dos dados do Comércio Internacional para o ano de 2009.

1. Enquadramento Internacional

Actividade Económica Extra-UE

A retoma da economia mundial prosseguiu ao longo do 3.º trimestre, embora se tenha assistido a um ligeiro abrandamento da actividade económica dos EUA e da China. A taxa de inflação manteve-se moderada para o conjunto dos países da OCDE; enquanto aumentou para a generalidade dos países emergentes e desenvolvimento.

Figura 1.1. Consumo Privado e Vendas a Retalho dos EUA (VH, em %)



* Para o consumo privado o valor corresponde à média dos meses de Julho e Agosto.

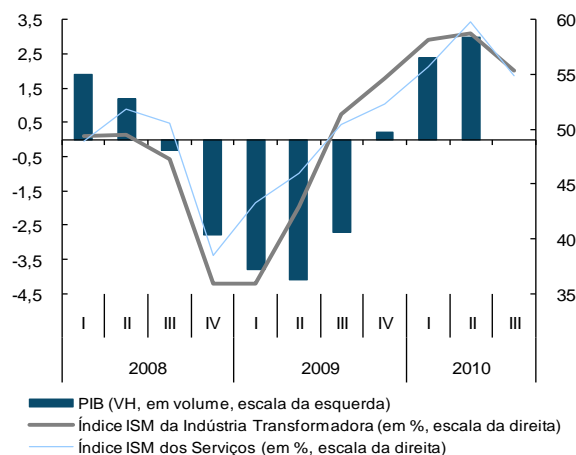
Fonte: Bureau of Economic Analysis.

Nos **EUA**, no 3.º trimestre de 2010, em termos homólogos:

- as vendas a retalho abrandaram para 5,7% em termos nominais (6,9% no 2.º trimestre);
- a produção industrial desacelerou para 6,5% (7,3% no 2.º trimestre);
- a taxa de desemprego diminuiu ligeiramente para 9,6% (9,7% no 2.º trimestre) e a taxa de inflação homóloga diminuiu para 1,2% (1,8% no 2.º trimestre).

No conjunto dos meses de Julho e Agosto de 2010 e em comparação homóloga, o consumo privado aumentou 1,5% em termos reais e as exportações registaram um crescimento de 18,2% em termos nominais (19,6% no 2.º trimestre).

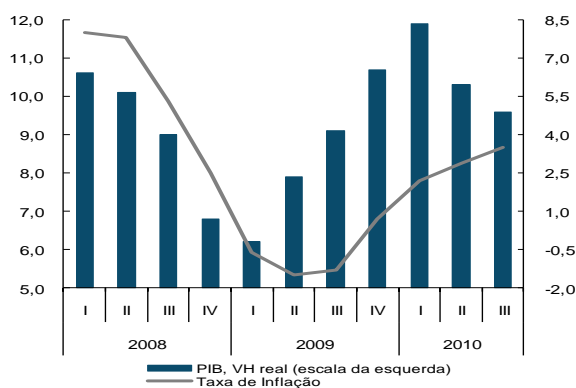
Figura 1.2. PIB e Índices de Confiança na Indústria e nos Serviços dos EUA



Fontes: Bureau of Economic Analysis; Institute for Supply Management. Nota: um valor >50 indica expansão e <50 representa contracção da actividade.

No 3.º trimestre de 2010, o PIB da **China** aumentou 9,6% em termos homólogos reais (10,3% no 2.º trimestre), tendo evidenciado um crescimento menos robusto das exportações. De facto, estas desaceleraram para 33% em termos homólogos nominais neste período (41% no 2.º trimestre). A taxa de inflação homóloga aumentou para 3,5% no 3.º trimestre (2,9% no 2.º trimestre) devido sobretudo à aceleração dos preços dos produtos alimentares.

Figura 1.3. PIB e Taxa de Inflação da China



Fonte: Instituto de Estatística da China.

Quadro 1.1. Indicadores de Actividade Económica Extra-UE

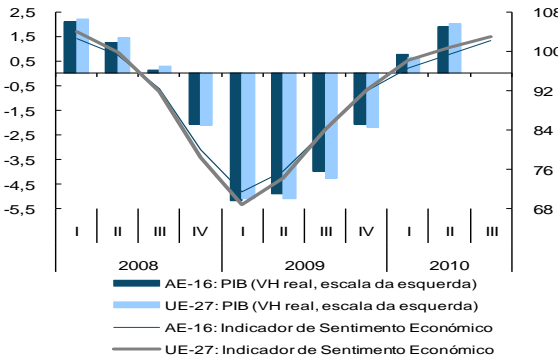
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010			2010			
				3T	4T		1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Set
EUA – PIB real	VH	BEA	-2,6	-2,7	0,2	2,4	3,0	:	-	-	-	-	
Índice de Produção Industrial	VH	BGFRS	-9,3	-8,6	-3,8	2,7	7,3	6,5	8,3	7,5	6,4	5,4	
Índice ISM da Indústria Transformadora	%	ISM	46,2	51,4	54,6	58,2	58,8	55,4	56,2	55,5	56,3	54,4	
Índice ISM dos Serviços	%	"	48,0	50,4	52,3	55,7	59,8	54,9	58,1	57,4	54,4	52,8	
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE	Michigan	66,3	68,4	70,2	73,9	73,9	68,3	76,0	67,8	68,9	68,2	
Taxa de Desemprego	%	BLS	9,3	9,6	10,0	9,7	9,7	9,6	9,5	9,5	9,6	9,6	
China – PIB real	VH	NBSC	9,1	9,1	10,7	11,9	10,3	9,6	-	-	-	-	
Exportações	VH	MC	-16,0	-20,5	0,9	30,3	41,0	32,5	43,9	38,1	34,4	25,1	
Japão – PIB real	VH	COGJ	-5,2	-4,8	-1,4	4,4	2,4	:	-	-	-	-	

Actividade Económica da UE

No 3.º trimestre de 2010, o indicador de sentimento económico subiu tanto na União Europeia (UE) como na área do euro (AE), em resultado sobretudo da melhoria dos indicadores de confiança dos empresários da indústria e dos consumidores. Porém, a confiança dos empresários da construção manteve-se estável tanto para UE como para a AE.

- as exportações aumentaram 25% em termos nominais (22% no 2.º trimestre);
- as vendas a retalho aumentaram 0,8% em termos reais (0,6% no 2.º trimestre).

Figura 1.4. PIB e Sentimento Económico da UE e AE

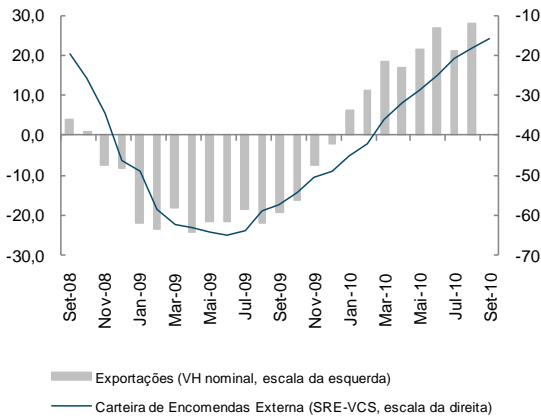


Fontes: CE; Eurostat. Nota: A partir de Maio/10, os indicadores de confiança apresentam uma quebra de série devido à alteração da classificação das actividades económicas (de NACE Rev.1 para NACE Rev.2).

No conjunto dos meses de Julho e Agosto, a actividade industrial da AE desacelerou; enquanto as exportações reforçaram o seu crescimento e as vendas a retalho melhoraram ligeiramente. Em termos homólogos:

- a produção industrial abrandou para 7,5% (9% no 2.º trimestre);

Figura 1.5. Exportações e Encomendas Externas da Área do Euro



Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

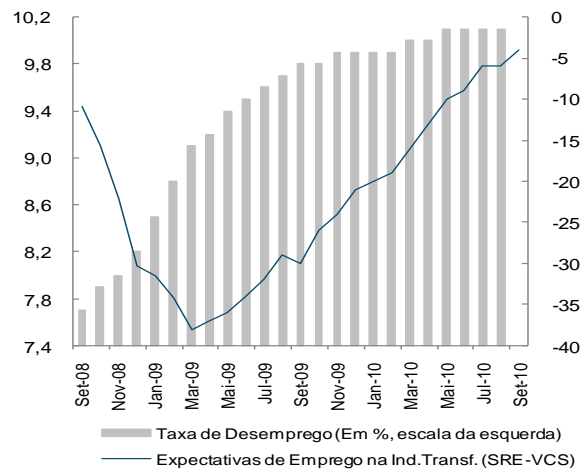
Quadro 1.2. Indicadores de Actividade Económica da UE

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Set	
União Europeia (UE-27) – PIB real	VH	Eurostat	-4,2	-4,3	-2,2	0,7	2,0	:	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	79,9	84,3	92,2	98,2	100,8	102,9	100,3	102,1	103,1	103,4	
Área do Euro (AE-16) – PIB real	VH	Eurostat	-4,1	-4,0	-2,0	0,8	1,9	:	-	-	-	-	
Indicador de Sentimento Económico	Índice	CE	80,8	84,1	91,9	96,6	99,3	102,2	98,9	101,1	102,3	103,2	
Índice de Produção Industrial	VH	Eurostat	-14,8	-14,7	-7,2	4,6	9,0	:	8,2	7,3	7,8	:	
Índice de Vendas a Retalho	VH real	"	-2,3	-2,4	-1,1	0,4	0,6	:	1,3	1,0	0,7	:	
Taxa de Desemprego	%	"	9,4	9,7	9,9	9,9	10,1	:	10,1	10,1	10,1	:	
IHPC	VH	"	0,3	-0,4	0,4	1,1	1,5	1,7	1,4	1,7	1,6	1,8	

Em Agosto de 2010, a taxa de desemprego continuou estável em 10,1% na AE e em 9,6% na UE, mantendo-se nesta situação desde Maio e Fevereiro, respectivamente.

Em Setembro de 2010, as expectativas dos empresários quanto à criação de emprego melhoraram para a indústria transformadora e para os restantes sectores (serviços, construção e comércio a retalho).

Figura 1.6. Taxa de Desemprego e Expectativas de Emprego na Indústria da Área do Euro



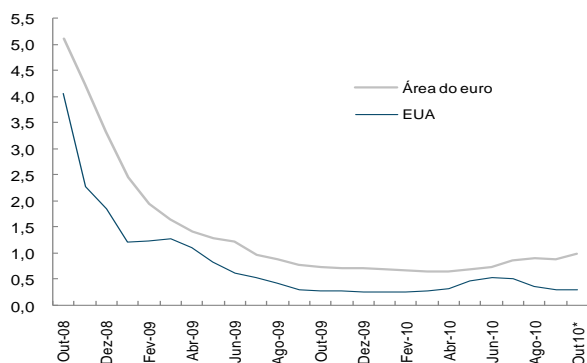
Fontes: Comissão Europeia; Eurostat.

Em Setembro de 2010, a taxa de inflação homóloga da área do euro aumentou para 1,8% (1,6% em Agosto), em resultado sobretudo da aceleração dos preços de energia, os quais aumentaram para 7,7% (6,1% em Agosto). A taxa de inflação homóloga, excluindo os preços dos produtos energéticos e alimentares não transformados manteve-se em 1%, pelo 2.º mês consecutivo.

Mercados Financeiros e Matérias-Primas

As taxas de juro de curto prazo subiram ligeiramente na área do euro, situando-se, em Outubro, em média até ao dia 22, em 0,98% (0,88%, em média, no mês de Setembro); enquanto se mantiveram estáveis em torno de 0,29%, nos EUA.

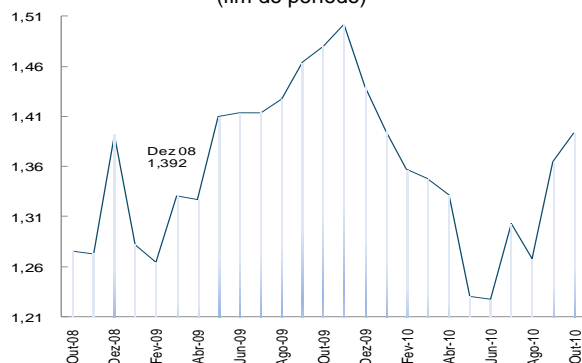
Figura 1.7. Taxa de Juro a 3 meses do Mercado Monetário (média mensal, em %)



Fontes: BCE; IGCP. * Média até ao dia 22.

Em Setembro de 2010, as taxas de juro de longo prazo continuaram a diminuir nos EUA, embora de uma forma menos pronunciada; enquanto aumentaram ligeiramente na área do euro. Neste período, assistiu-se a novas perturbações relacionadas com as tensões no mercado de dívida soberana em alguns países da área do euro (particularmente, Irlanda e Portugal) associadas à possível necessidade em recapitalizar o sistema bancário no 1º caso e, ao fraco crescimento económico previsto no 2º caso.

Figura 1.8. Taxa de Câmbio do Euro face ao Dólar (fim do período)



Fonte: Banco de Portugal. Para Outubro, o valor é do dia 22.

Quadro 1.3. Indicadores Monetários e Financeiros Internacionais

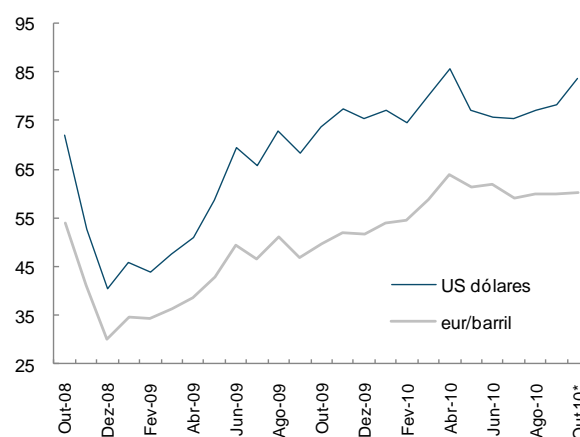
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Set	
Taxa Euribor a 3 meses*	%	BP	0,70	0,75	0,70	0,63	0,77	0,89	0,77	0,90	0,89	0,89	
Yield OT 10 anos – EUA**	%	Eurostat	3,25	3,50	3,45	3,72	3,49	2,79	3,20	3,01	2,70	2,65	
Yield OT 10 anos – Área do euro**	%	"	3,84	3,79	3,68	3,71	3,61	3,46	3,61	3,61	3,36	3,41	
Taxa de Câmbio*	Eur/USD	BP	1,441	1,464	1,441	1,348	1,227	1,365	1,227	1,303	1,268	1,365	
Dow Jones*	VC	Yahoo	18,8	15,0	7,4	4,1	-10,0	10,4	-3,6	7,1	-4,3	7,7	
DJ Euro Stoxx50*	VC	"	21,1	19,6	3,2	-1,1	-12,2	6,8	-1,4	6,6	-4,3	4,8	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	USD/bbl	DGEG	62,45	69,00	75,51	77,22	79,53	76,87	75,74	75,25	77,16	78,20	
Spot do Petróleo Brent em USD/bbl**	VH	"	-35,2	-39,9	37,5	68,9	33,5	11,4	9,3	14,5	5,8	14,4	
Spot do Petróleo Brent em euros/bbl**	VH	DGEG e BP	-30,7	-36,6	22,4	59,0	43,1	23,4	25,5	26,4	17,1	27,5	
Preço Relativo do Petróleo em euros***	1979=100	GEE	45,5	49,2	50,1	56,2	61,6	61,5	60,4	62,6	61,3	60,6	

* Fim de período; ** Valores médios; *** Preço Relativo do Petróleo é o rácio entre o preço de importação de ramas de petróleo bruto em euros e o deflador do PIB em Portugal (sempre que não haja deflator, utiliza-se o último deflator conhecido). Nota: O preço do Petróleo Brent em 2009 e 2010 corresponde à média diária do IGCP.

Em Outubro e até ao dia 22, assistiu-se a uma apreciação significativa do euro face ao dólar, tendo atingido no dia 14 (1,41) o valor mais elevado desde finais de Janeiro. Para esta evolução, contribuiu a divulgação de resultados económicos favoráveis da área do euro e a antecipação da orientação da política monetária da Reserva Federal dos EUA assente na possível cedência de liquidez mediante a compra de títulos do Tesouro.

Em Setembro de 2010, o índice de preços relativo ao petróleo importado desceu para 60,6 (por memória atingiu o valor de 100 durante a crise petrolífera de 1979). Em Outubro, e até dia 22, o preço do petróleo Brent subiu para se situar, em média, em 84 USD/bbl (60€/bbl), associado sobretudo à forte procura proveniente dos países não pertencentes à OCDE.

Figura 1.9. Preço médio Spot do Petróleo Brent (em USD e euros)



Fontes: DGEG, IGCP e BP. * Média dos dias 1 a 22.

No 3.º trimestre de 2010, o preço das matérias-primas não energéticas manteve-se estável em torno dos 20% em termos homólogos. Mas, enquanto os preços dos produtos alimentares aceleraram devido à forte procura num contexto de redução da oferta associada à adversidade das condições meteorológicas, os dos restantes sectores desaceleraram.

2. Conjuntura Nacional

Actividade Económica e Oferta

No 3.º trimestre de 2010, o indicador de clima económico atingiu o valor mais elevado desde Setembro de 2008. Também o indicador de actividade económica disponível para o mês de Agosto continuou a trajectória ascendente iniciada há 1 ano.

Figura 2.1. PIB e Indicadores de Síntese Económica

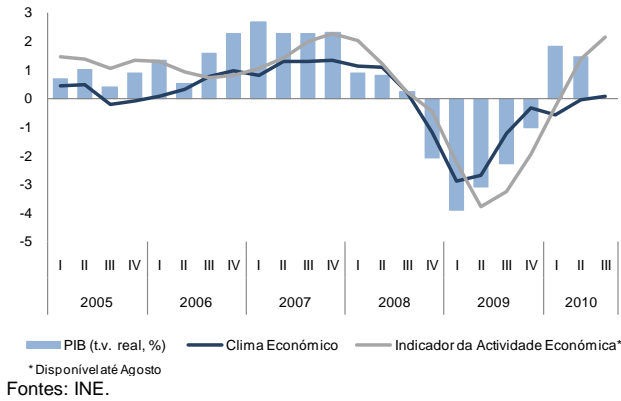
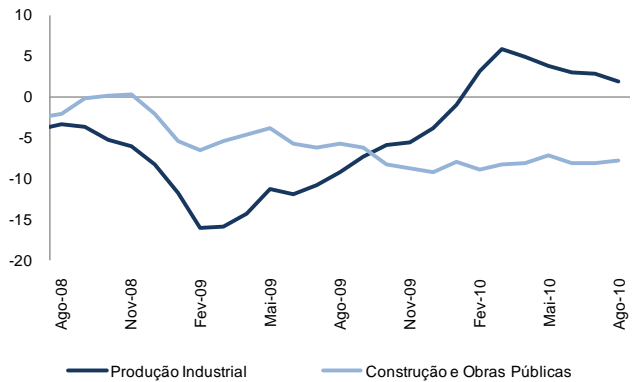


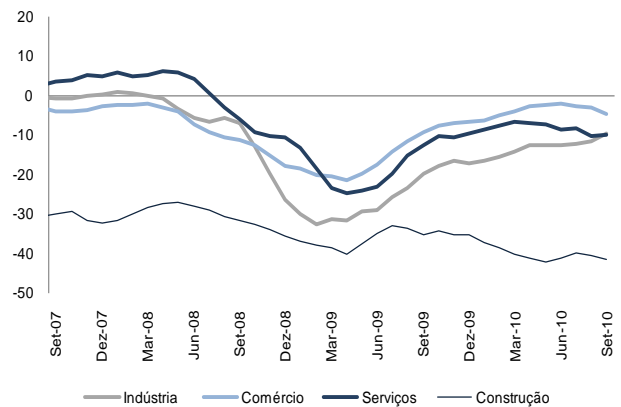
Figura 2.2. Índices de Produção
(MM3, VH, %)



Fonte: INE.

No 3.º trimestre de 2010, registou-se um agravamento em todos os indicadores de confiança, com excepção da indústria transformadora que evidenciou uma melhoria significativa. Ainda assim, o mês de Setembro revela desenvolvimentos positivos face ao mês anterior, com a indústria a registar o valor mais elevado desde Agosto de 2008 e os serviços a recuarem menos 6,6 p.p. do que no mês anterior.

Figura 2.3. Indicadores de Confiança
(SRE, MM3)



Fonte: INE.

No conjunto dos meses de Julho e Agosto os dados quantitativos disponíveis, evidenciam uma desaceleração na generalidade dos sectores, com excepção da construção. Em termos médios homólogos, verifica-se que:

- na indústria transformadora, os índices de produção e de volume de negócios cresceram 0,7% e 8,5%, respectivamente (3% e 10,5% no 2.º trimestre);
- o índice de produção na construção e obras públicas apresentou uma quebra de 6,9% (-8,2% trimestre anterior);
- os índices de volume de negócios nos serviços e no comércio a retalho cresceram 0,9% e 0,2%, respectivamente (face a 5% e 0,6%, no trimestre precedente).

Quadro 2.1. Indicadores de Actividade Económica e Oferta

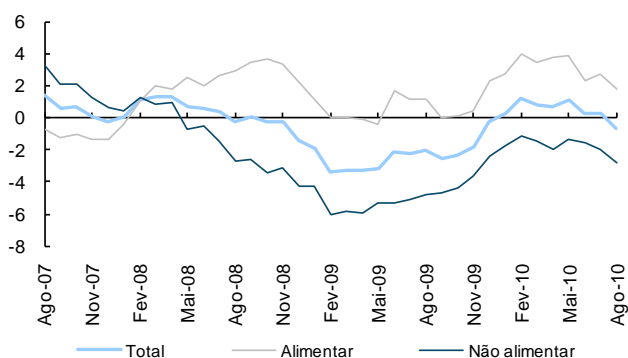
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010			2010			
				3T	4T		1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Set
PIB – CN Trimestrais	VH Real	INE	-2,6	-2,3	-10		18	15	:	:	:	:	:
Indicador de Clima Económico	SRE-VE	"	-18	-12	-0,3		-0,6	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Indicador de Confiança da Indústria	SRE-VCS	"	-24,4	-19,8	-17,1		-14,1	-12,7	-9,6	-13,5	-9,9	-11,1	-7,6
Indicador de Confiança do Comércio	"	"	-13,5	-9,3	-6,7		-4,0	-2,1	-4,8	-19	-3,3	-4,0	-7,0
Indicador de Confiança dos Serviços	"	"	-17,1	-12,5	-9,5		-6,6	-8,7	-9,8	-9,9	-5,9	-6,2	-8,3
Indicador de Confiança da Construção	"	"	-36,0	-35,2	-35,4		-40,2	-41,4	-41,6	-39,0	-38,6	-44,3	-42,0
Índice de Produção Industrial – Ind. Transf.	VH	"	-9,9	-7,2	-3,9		5,9	3,0	:	4,5	-0,1	15	:
Índice de Volume de Negócios – Ind. Transf.	"	"	-17,9	-18,1	-6,7		10,7	10,5	:	9,9	4,9	13,5	:
Índice de Volume de Negócios - Serviços	"	"	-11,8	-10,6	-7,1		14	5,0	:	6,9	-11	2,9	:

Consumo Privado

No final do mês de Agosto o índice de volume de negócios no comércio a retalho (IVNCR) apresentou em termos homólogos um decréscimo de 0,7%.

Esta evolução adveio de uma quebra de 2,4%, 1,5 p.p. menor que a verificada em Julho, na categoria de bens não alimentares, e de um crescimento de 1,3%, 2,3 p.p. abaixo do observado em Julho, na categoria dos bens alimentares.

Figura 2.4. Índice do Volume de Negócios no Comércio a Retalho (MM3, VH)

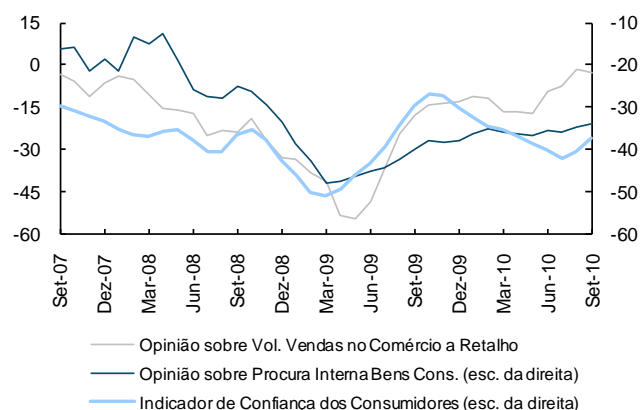


Fonte: INE.

Em Setembro verificou-se uma degradação na opinião dos empresários em relação à avaliação do nível de actividade no sector do comércio a retalho, mas manteve-se a tendência de melhoria no que respeita a avaliação do comportamento da procura interna por bens de consumo produzidos pela indústria.

Já no que se refere ao índice de confiança dos consumidores, constatou-se uma melhoria do sentimento em Setembro, sendo assim o terceiro mês consecutivo de melhoria no indicador.

Figura 2.5. Opiniões dos Empresários e Confiança dos Consumidores (SRE-VE, MM3)

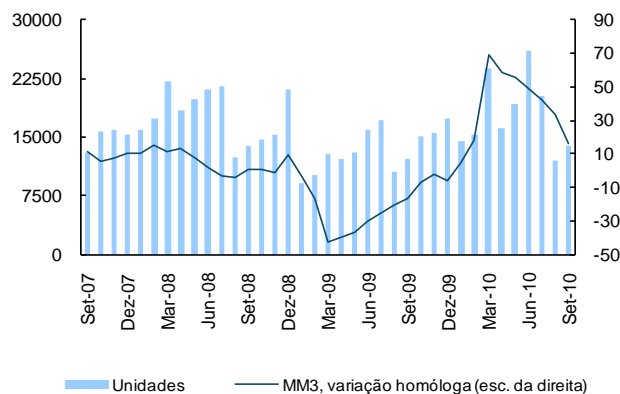


Fonte: INE.

Apesar do abrandamento do crescimento após o aumento das taxas do IVA, a venda de automóveis ligeiros de passageiros tem demonstrado alguma resiliência com performances positivas.

Assim, em Setembro venderam-se cerca de 14 mil veículos ligeiros de passageiros, um crescimento de 15,1% em termos homólogos e um aumento de 16,7% face às vendas registadas em Agosto.

Figura 2.6. Venda de Automóveis Ligeiros de Passageiros



Fonte: ACAP.

Quadro 2.2. Indicadores de Consumo Privado

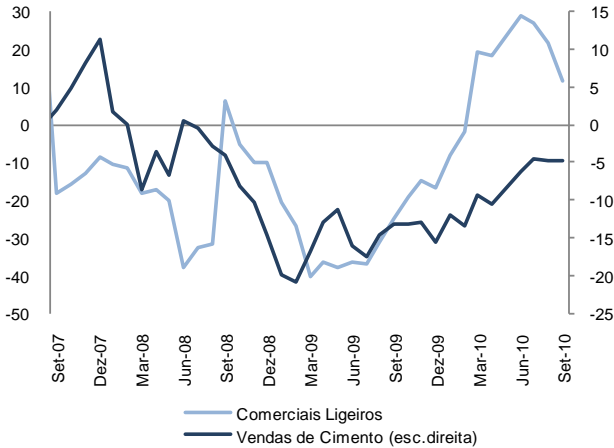
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009			2010		2010			
				2T	3T	4T	1T	2T	Jun	Jul	Ago	Set
Consumo Privado - CN Trimestrais	VH real	INE	-1,0	-1,3	-1,2	0,2	2,6	2,8	-	-	-	-
Indicador de Confiança dos Consumidores	SRE-VE	"	-39	-43	-29	-30	-35	-40	-43	-42	-37	-34
Volume de Vendas no Comércio a Retalho	VH	"	-30	-48	-18	-13	-17	-9	-4	-4	2	-7
Índice de Vol. Negócios no Comércio a Retalho*	VH	"	-2,0	-2,1	-2,5	-0,2	0,8	0,3	-0,8	-0,4	-0,7	-
Bens alimentares	VH	"	1,0	1,7	0,1	2,3	3,5	2,4	0,5	3,6	1,3	-
Bens não alimentares	VH	"	-4,6	-5,3	-4,7	-2,4	-1,4	-1,5	-2,0	-3,9	-2,4	-
Vendas de Automóveis Ligeiros de Passageiros**	VH	ACAP	-24,5	-30,2	-16,7	-6,0	69,1	48,8	62,5	18,4	13,4	15,1
Importações de bens de consumo***	VH	INE	-3,3	-1,8	1,7	1,3	-0,7	3,9	-2,8	7,0	4,9	:

* Índices deflacionados, corrigidos de sazonalidade e de dias úteis; ** Inclui veículos Todo-o-Terreno e Monovolumes com mais de 2300Kg; *** Exclui material de transporte.

Investimento

Os dados disponíveis para o 3.º trimestre de 2010 apontam para um abrandamento na recuperação do investimento, influenciada pela diminuição do crescimento na componente de material de transporte associada, em parte, ao aumento do IVA no passado mês de Julho.

Figura 2.7. Vendas de Cimento e de Veículos Comerciais Ligeiros (VH, MM3)



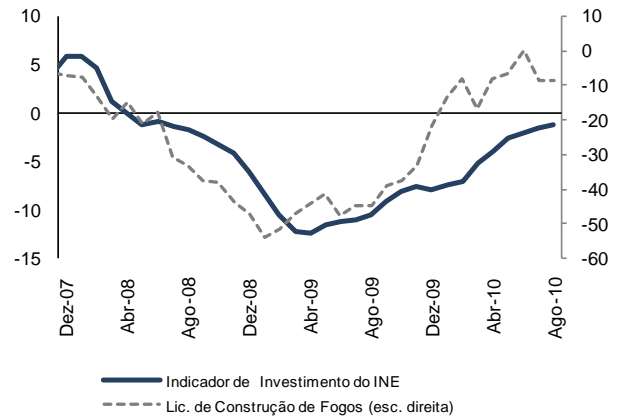
Fonte: INE.

Assim, neste 3.º trimestre, e em termos homólogos, verifica-se que:

- as vendas de cimento caíram 4,7%, menos do que no trimestre precedente (-6,1%);
- as vendas de veículos comerciais ligeiros cresceram menos do que no trimestre anterior (11,5% face 29,1% no 2.º trimestre).
- as opiniões dos empresários sobre a evolução das vendas de bens de investimento no comércio por grosso, voltaram a registar um comportamento ligeiramente menos desfavorável face ao trimestre anterior.

No conjunto dos meses de Julho e Agosto, e em termos médios homólogos, as licenças de construção de fogos registaram uma quebra de 12,2%, quando no trimestre anterior tinham registado um crescimento de 0,3%.

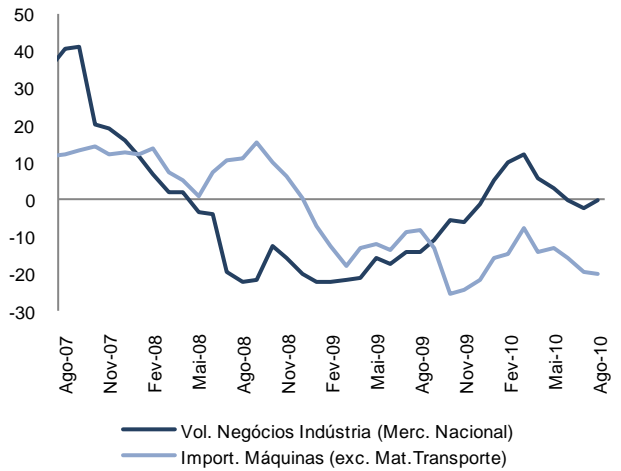
Figura 2.8. Indicadores de Investimento (VH, MM3)



Fonte: INE.

Também neste período, e em termos médios homólogos, o índice de volume de negócios nas indústrias de bens de investimento para o mercado nacional registou um crescimento de 5,4% (7,8% no 2.º trimestre), e as importações nominais de Bens de Capital, excepto Material de Transporte apresentaram uma quebra de 24,2% (+7,8 e -15,8% no 2.º trimestre, respectivamente).

Figura 2.9. Bens de Equipamento (VH, MM3)



Fonte: INE.

Quadro 2.3 Indicadores de Investimento

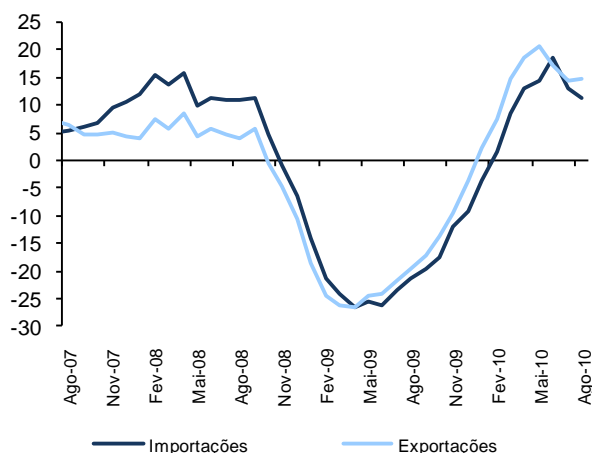
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010			2010			
				3T	4T	1T	2T	3T	Jun	Jul	Ago	Set
FBCF – CN Trimestrais	VH Real	INE	-119	-8,6	-118	-2,3	-4,6	:	:	:	:	:
Indicador de FBCF	SRE-VE	"	-0,1	-9,2	-7,9	-5,1	-2,1	:	-12	-12	-14	:
Vendas de Cimento	VH	SECIL e CIMPOR	-5,5	-13,3	-5,6	-9,4	-6,1	-4,7	-4,6	-7,0	-2,2	-4,5
Vendas de Veículos Comerciais Ligeiros	VH	ACAP	-29,8	-25,0	-16,8	19,6	29,1	115	37,0	14,6	12,8	7,7
Vendas de Veículos Comerciais Pesados	VH	"	-39,4	-23,3	-48,7	-33,7	-3,6	-111	0,7	-13,1	17,2	-213
Volume Vendas Bens de Investimento*	SRE-VE	INE	-37	-33	-27	-52	-22	-32	-22	-22,6	-32,7	-32,5
Licenças de Construção de fogos	VH	"	-38,9	-38,8	-217	-16,9	0,3	:	-10	-22,8	0,7	:
Importações de Bens de Capital**	VH	"	:	-12,9	-22,0	-7,7	-15,8	:	-11,4	-32,6	-9,6	:
Índice Vol. Negócios da IT de Bens de Inv.***	VH	"	-12,7	-11,0	-13	12,3	-0,2	:	-13	-12	2,6	:

* no Comércio por Grosso; ** excepto Material de Transporte; *** para o Mercado Nacional.

Contas Externas

No conjunto dos meses de Julho e Agosto, e face ao 2.º trimestre, os dados relativos ao comércio internacional de bens divulgados pelo INE, quer as exportações quer as importações desaceleraram, com maior intensidade no caso das importações.

Figura 2.10. Fluxos do Comércio Internacional
(VH, MM3, %)

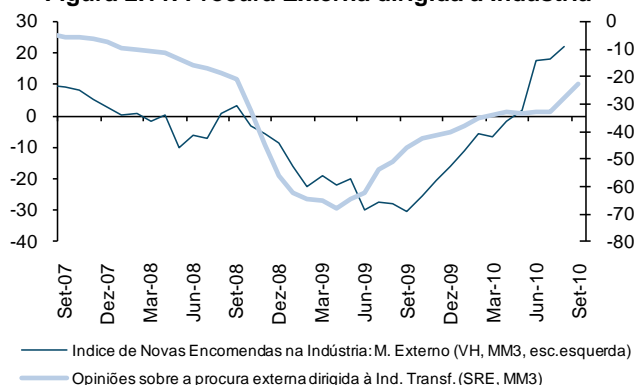


Fonte: INE.

Em Agosto, e em termos homólogos nominais, as exportações e importações de bens registaram um crescimento de 22% e 12,7%, respectivamente, o que significa uma maior aceleração das exportações face às importações. Excluindo a componente energético o crescimento nominal das importações teria sido de 7,5%.

A procura externa na indústria continua a evoluir favoravelmente, com as opiniões dos empresários menos negativas no 3.º trimestre em relação ao trimestre anterior. Os dados disponíveis para o trimestre terminado em Agosto, mostram que as novas encomendas à indústria do mercado externo continuam a sua evolução positiva, com um crescimento de 21,9%, face a 17,9% no trimestre precedente.

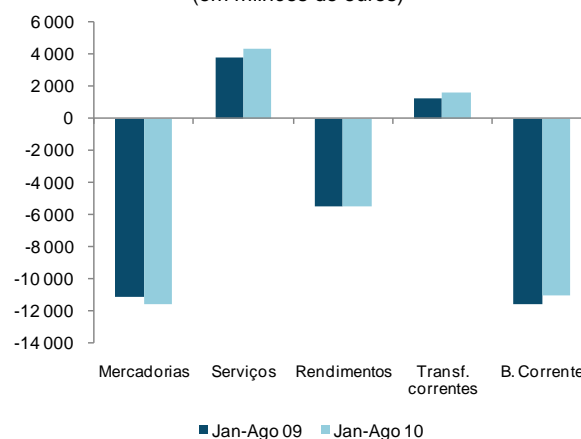
Figura 2.11. Procura Externa dirigida à Indústria



Fonte: INE.

Até ao mês de Agosto de 2010, o défice acumulado da balança corrente foi de 11 076 milhões de euros, o que representa uma redução de 467 milhões de euros face a igual período de 2009. Para este resultado contribuiu o aumento do excedente da balança de serviços em 507 milhões de euros.

Figura 2.12. Balança Corrente: composição do saldo
(em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal.

Também o défice da balança corrente e de capital apresentou uma redução de 223 milhões de euros face a igual período do ano anterior, o que evidencia uma menor necessidade de financiamento externo da economia.

Quadro 2.4. Indicadores de Contas Externas

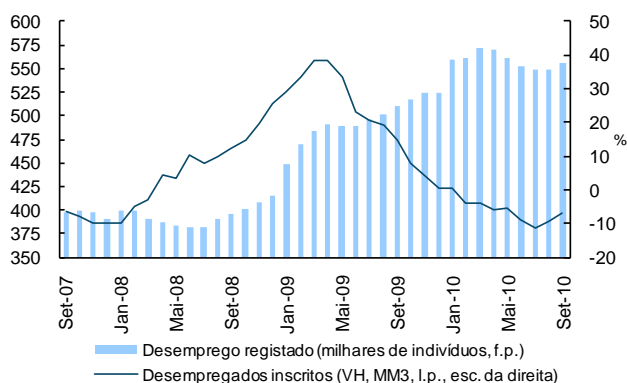
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009				2010		2010			
				1T	2T	3T	4T	1T	2T	Mai	Jun	Jul	Ago
Exportações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	INE	-118	-19,0	-15,5	-9,8	-2,0	8,8	10,1	:	:	:	:
Importações (B&S) - CN Trimestrais	VH real	"	-10,9	-15,1	-14,8	-8,8	-4,3	5,3	10,4	:	:	:	:
Saldo de bens e serviços	% PIB	"	7,7	8,2	7,1	8,1	7,3	7,3	8,5	:	:	:	:
Necessid. de financiamento da economia	% PIB	"	-9,3	-11,7	-8,2	-9,6	-7,8	-8,9	-10,0	:	:	:	:
Saídas de mercadorias	VH nom	"	-18,4	-26,3	-24,3	-17,3	-3,5	14,8	17,2	18,5	15,8	9,4	22,0
Entradas de mercadorias	VH nom	"	-20,0	-24,1	-26,2	-19,6	-9,1	8,6	18,6	17,4	25,1	-2,5	12,7

Indicador	Unidade	Fonte	2009	2009		2010		Var. Ac.
				Ago	Jan-Ago	Ago	Jan-Ago	
Saldo Balança Corrente e de Capital	10 ⁶ euros	BP	-15 869	-1055	-10 445	-506	-10 222	223
Saldo Balança de Bens	"	"	-17 496	-1463	-11 136	-145	-11 545	-409
Saldo Balança de Serviços	"	"	5 983	894	3 845	1024	4 348	503
Saldo Balança de Rendimentos	"	"	-7 883	-673	-5 479	-536	-5 471	8
Saldo Balança de Transf. Correntes	"	"	2 135	123	1 226	162	1 592	366

Mercado de Trabalho

De acordo com os dados do IEFP no final do mês de Setembro verificou-se um acréscimo do número de desempregados registados (1,1% face ao mês de Agosto). É o segundo mês de crescimento no número de desempregados registados, interrompendo-se assim a tendência de diminuição que vinha de Abril. Em termos homólogos constata-se um crescimento de 8,9%, 0,7 p.p. abaixo do crescimento observado em Agosto.

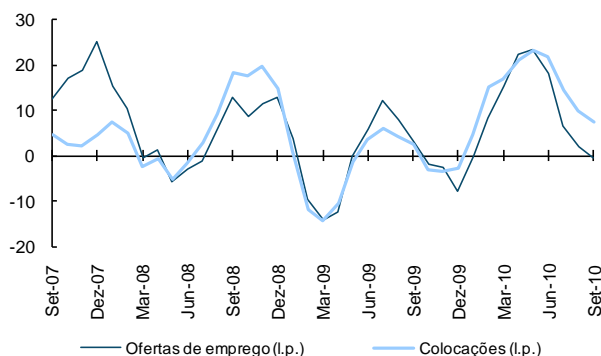
Figura 2.13. Desemprego (%)



Fonte: IEFP.

Em valores absolutos regista-se um acréscimo de cerca de 45 mil desempregados face a Setembro de 2009 e de 6 mil face a Agosto de 2010.

Figura 2.14. Ofertas de Emprego e Colocações (MM3, VH)

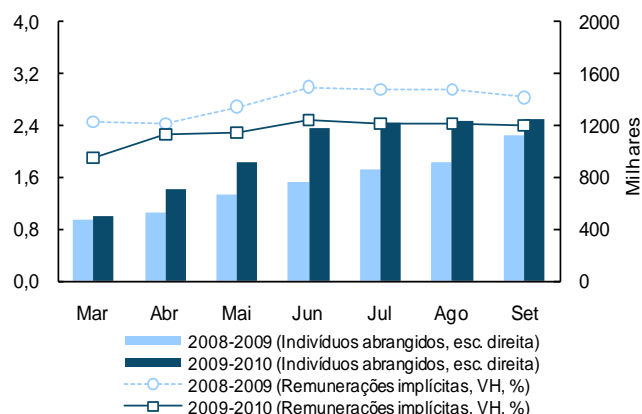


Fonte: IEFP.

No trimestre terminado em Setembro as ofertas de emprego registaram uma diminuição marginal de 0,3%, facto que não sucedia desde Janeiro. O crescimento das colocações manteve a tendência de abrandamento, mas superando claramente o das ofertas, com um crescimento de 7,6% para o período de 3 meses.

O rácio colocações sobre ofertas apresentou uma clara melhoria atingindo o valor de 59%, o valor mais alto desde Janeiro de 2007.

Figura 2.15. Contratação Colectiva



Fonte: MTSS.

Até ao final de Setembro o número de trabalhadores abrangidos por instrumentos de regulamentação colectiva era de 1 257 mil, um crescimento de 11,2% em termos homólogos, representado mais 127 mil que em igual período do ano passado.

As remunerações implícitas nos mesmos registaram um crescimento homólogo de 2,4%, marginalmente inferior ao verificado em Agosto.

Mantém-se a tendência de maior número de trabalhadores abrangidos pelos instrumentos de contratação colectiva face aos observados em 2009, bem como que o crescimento homólogo das remunerações implícitas seja inferior ao do observado em igual período do ano transacto, sendo que em Setembro esse diferencial diminuiu 0,1 p.p. face ao registado em Agosto.

Quadro 2.5. Indicadores do Mercado de Trabalho

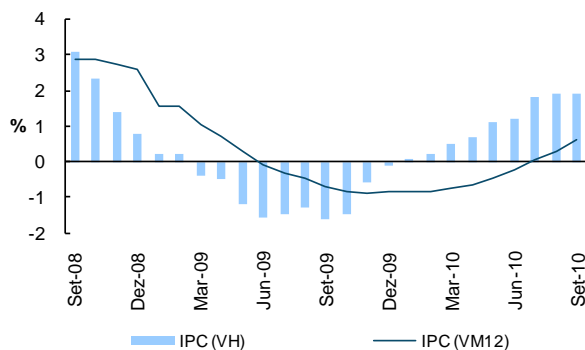
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010			2010					
				2T	3T	4T	1T	2T	Jun	Jul	Ago	Set
Taxa de Desemprego	%	INE	9,5	9,1	9,8	10,1	10,6	10,6	-	-	-	-
Emprego Total	VH	"	-2,8	-2,9	-3,4	-3,0	-1,8	-1,7	-	-	-	-
Desemprego Registado (f.p.)	VH	IEFP	12,1	28,1	29,1	26,1	18,1	12,7	12,7	10,3	9,6	8,9
Desempregados Inscritos (l.p.)	VH	"	14,3	23,3	14,8	0,4	-3,9	-9,1	-12,8	-13,8	-0,5	-5,4
Ofertas de Emprego (l.p.)	VH	"	3,3	5,7	3,5	-7,7	15,4	18,1	-2,2	-1,5	11,5	-7,9
Contratação Colectiva	VHA	MTSS	2,8	3,0	2,8	2,8	1,9	2,5	2,5	2,4	2,4	2,4
Índice do Custo do Trabalho* – Portugal	VH	INE	4,1	4,8	5,0	2,9	-0,3	1,2	-	-	-	-
Índice do Custo do Trabalho* – AE16	VH	Eurostat	3,4	3,5	2,9	2,0	1,9	1,6	-	-	-	-

* Total, excluindo a Administração Pública, Educação, Saúde e Outras Actividades; f.p. - no fim do período; l.p. - ao longo do período.

Preços

Em Setembro verificou-se o nono mês consecutivo de crescimento do Índice de Preços no Consumidor (IPC), com uma taxa de variação homóloga de 1,9%, igual à do mês anterior. Desse facto resultou que no final de Setembro variação média do IPC dos últimos 12 meses fosse de 0,6%.

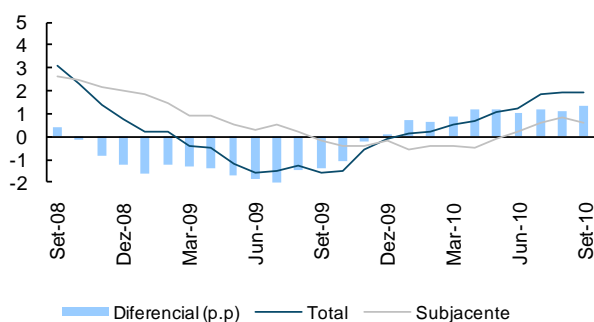
Figura 2.16. Taxa de Variação do IPC
(VH, em %)



Fonte: INE.

O incremento na variação homóloga do IPC adveio sobretudo dos aumentos, em termos homólogos, de 4,1% no preço dos transportes, de 5,1% no preço da habitação, água e electricidade e de 2,5% no preço produtos alimentares e bebidas não alcoólicas. Diminuições de preços em termos homólogos apenas se verificaram nos preços da saúde, do calçado e vestuário e das comunicações e foram de 2%, 1,9% e 1,9%, respectivamente.

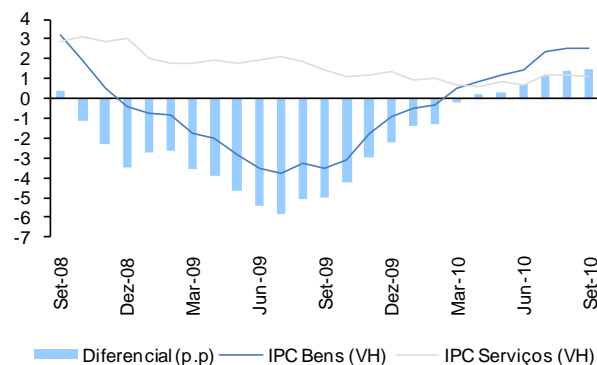
Figura 2.17. IPC Total e IPC Subjacente
(VH, %)



Fontes: INE.

A inflação subjacente em Setembro (IPC excluindo bens alimentares não transformados e energéticos) foi de 0,6%, 0,2 p.p. abaixo do registado em Agosto, aumentando o diferencial face ao IPC total para 1,3 p.p., mais 0,2 p.p. que o ocorrido em Agosto.

Figura 2.18. IPC Bens e IPC Serviços
(VH, %)

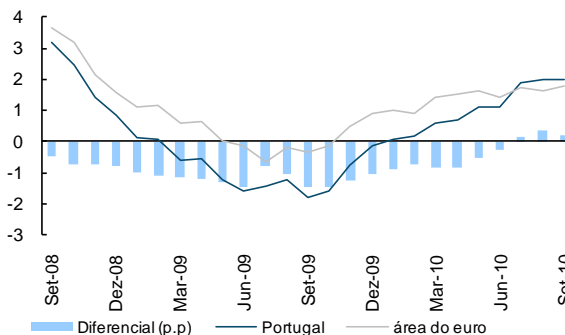


Fontes: INE.

Em Setembro o IPC de bens apresentou um crescimento em termos homólogos de 2,6% e o IPC de Serviços de 1,1% (iguais aos verificados em Agosto), aumentando marginalmente o diferencial para 1,5 p.p. (1,4 p.p. em Agosto), mantendo-se assim a tendência que vem de Abril.

A variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor situou-se em 2% no mês de Setembro, 0,2 p.p. acima da variação homóloga na área euro (1,8%), diminuindo em 0,2 p.p. o diferencial verificado em Agosto.

Figura 2.19. IHPC
(VH)



Fonte: Eurostat.

Quadro 2.6. Indicadores de Preços

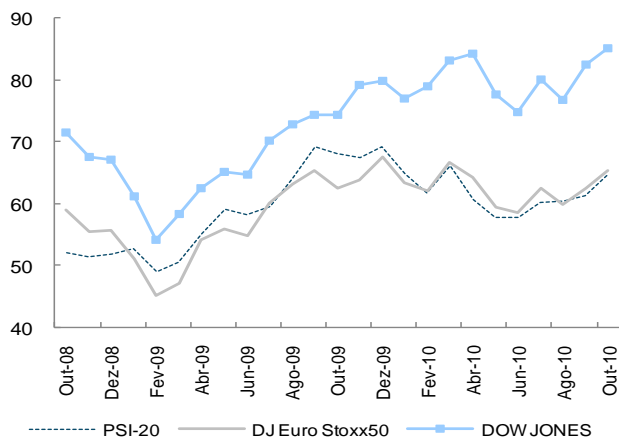
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010								
				Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set
Índice de Preços no Consumidor	VC	INE	:	-0,5	0,1	1,1	0,4	0,2	0,2	0,1	-0,2	0,2
Índice de Preços no Consumidor	VH	"	:	0,1	0,2	0,5	0,7	1,1	1,2	1,8	1,9	1,9
Índice de Preços no Consumidor	VM12	"	-0,8	-0,8	-0,8	-0,8	-0,7	-0,5	-0,2	0,0	0,3	0,6
IPC – Bens	VH	"	2,4	-0,5	-0,3	0,5	0,8	1,2	1,4	2,4	2,6	2,6
IPC – Serviços	"	"	1,7	0,9	1,0	0,7	0,6	0,9	0,7	1,2	1,1	1,1
IPC excl. aliment. não transf. e energético	"	"	0,4	-0,6	-0,4	-0,4	-0,5	-0,1	0,2	0,6	0,8	0,6
IHPC	"	"	-0,9	0,1	0,2	0,6	0,7	1,1	1,1	1,9	2,0	2,0
Diferencial IHPC vs área do euro (VH)	p.p.	Eurostat	1,1	-0,9	-0,7	-0,8	-0,8	-0,5	-0,3	0,2	0,4	0,2

Mercado de Capitais, Crédito e Taxas de Juro

Nos meses de Setembro e Outubro, os índices bolsistas internacionais evoluíram favoravelmente em resultado da divulgação de dados económicos globalmente positivos dos EUA e da área do euro.

Em Outubro e, em termos médios até ao dia 22, os índices aumentaram, tendo o *DJ Euro Stoxx50* e o *Dow Jones* subido 2,2% e 2,1%, respectivamente, face ao final do mês de Setembro.

Figura 2.20. Índices Bolsistas
(Abril 2007=100, fim do período)

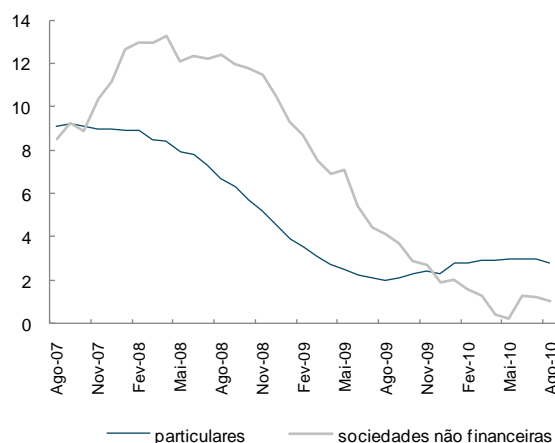


Fontes: CMVM; Finance Yahoo. Para Outubro, o valor é do dia 22.

À semelhança dos índices europeus, o índice PSI-20 também apresentou um movimento ascendente, tendo aliás sido mais pronunciado do que os índices bolsistas internacionais. Em termos médios e, até 22 de Outubro, o índice PSI-20 subiu 3,5% face ao final do mês de Setembro, mas continuou a recuar face ao final de 2009.

Em Agosto de 2010, o ritmo de crescimento dos empréstimos ao sector privado não financeiro desacelerou para 2,0% (2,2% em Julho), movimento esse que foi extensível tanto no crédito destinado às empresas como nos empréstimos concedidos às famílias.

Figura 2.21. Empréstimos ao Sector Privado
(va, em %)

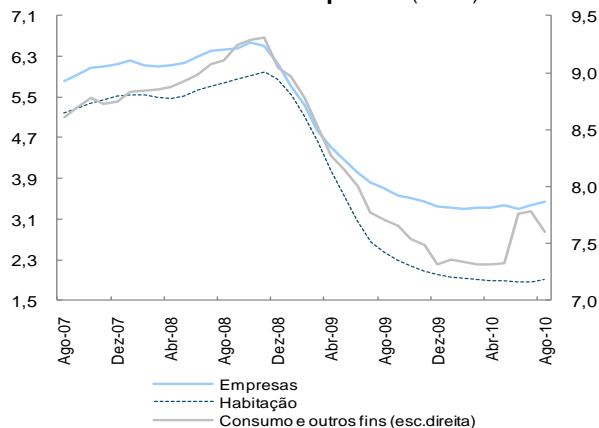


Fonte: Banco de Portugal.

De facto, o crédito destinado aos particulares diminuiu para 2,8% (3,0% em Julho), resultando numa desaceleração do crédito à habitação e ao consumo.

As taxas de juro das operações do crédito mantiveram estabilizadas para os particulares em torno dos 3%, embora tivessem registado uma diminuição significativa no crédito ao consumo e outros fins. Quanto ao crédito dirigido às empresas, as taxas de juro tornaram a aumentar.

Figura 2.22. Taxas de Juro de Empréstimos a Particulares e Empresas (em %)



Fonte: Banco de Portugal.

Quadro 2.7. Indicadores Monetários e Financeiros

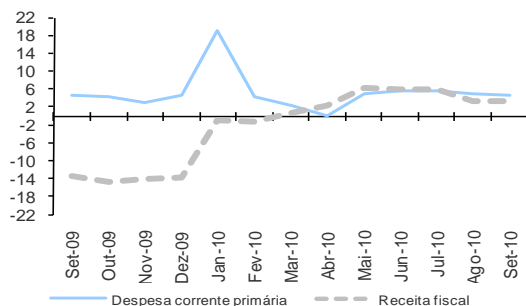
Indicador	Unidade	Fonte	2009	2010											
				Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set			
Yield OT 10 anos PT*	%	IGCP	4,0	4,4	4,4	4,2	5,2	4,7	5,2	5,2	5,4	6,3			
Yield OT 10 – Spread Portugal face a Alemanha*	p.b.	"	65	120	134	110	220	200	257	251	331	400			
PSI20*	VC	CMVM	33,5	-6,3	-4,6	7,2	-8,6	-4,5	-0,1	4,3	0,3	1,5			
Empréstimos a particulares: - para habitação	va**	BP	2,6	2,9	2,9	3,0	3,1	3,1	3,3	3,2	3,1	:			
- para consumo	va**	"	1,7	1,6	1,8	1,9	2,4	2,7	2,1	2,5	2,1	:			
Empréstimos a empresas	va**	"	1,9	2,0	1,6	1,3	0,4	0,2	1,3	1,2	1,0	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/ habitação*	%	"	2,00	1,96	1,93	1,91	1,89	1,88	1,86	1,86	1,91	:			
Taxa de Juro de empréstimos p/ empresas*	%	"	3,34	3,33	3,31	3,32	3,33	3,37	3,31	3,36	3,43	:			

* Fim de período; ** Variação anual. Nota: As taxas de variação anual são calculadas com base na relação entre saldos de empréstimos bancários em fim de mês, ajustados de operações de titularização, e transacções mensais, as quais são calculadas a partir de saldos corrigidos de reclassificações, de abatimentos ao activo e de reavaliações cambiais e de preço.

Finanças Públicas – Estado

Até Setembro, o valor provisório para o défice global do Estado, na óptica da contabilidade pública, foi de 9318 milhões de euros, o que representa um agravamento de 208 milhões de euros face ao período homólogo. O défice primário foi de 5623 milhões de euros, 432 milhões de euros acima do registado no mesmo período do ano anterior.

Figura 2.23. Execução Orçamental do Estado
(VHA, em %)



Fonte: DGO.

A execução orçamental do Estado, face ao mesmo período de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento da receita fiscal em 3,3%, justificado pelo acréscimo de 10,4% na receita dos impostos indirectos enquanto os impostos directos apresentaram uma variação negativa (-5,5%). Esta queda dos impostos directos resulta da diminuição da receita de IRS (-7,6%), com a antecipação dos prazos de reembolso e o diferente padrão intra-anual das transferências para os municípios, e da receita de IRC (-1,5%), que ainda assim apresenta uma melhoria face ao período acumulado anterior em resultado do crescimento da receita do pagamento por conta. No caso dos impostos indirectos, realça-se o aumento da receita do IVA em 13,9%, do imposto de consumo sobre o tabaco em 22,4% (devido ao aumento da introdução no consumo verificada a partir do final do ano passado) e do imposto sobre veículos em 20,4%;
- um decréscimo da receita não fiscal em 8,6%, em consequência, principalmente, da redução nas transferências correntes (-24,4%), nomeadamente das provenientes do Instituto de Gestão Financeira e de Infra-estruturas da Justiça, I.P. e das devoluções da União Europeia relativas à contribuição financeira portuguesa para o orçamento comunitário, bem como dos rendimentos de propriedade (-19,7%) e das reposições não abatidas aos pagamentos (-59,3); e

Quadro 2.9. Execução Orçamental do Estado

	2009		2010		2010				
	Jan a Set		Jan a Set		Jun	Jul	Ago	Set	
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)						
Receita Total	26023	26520	72,0	73,4	3,5	3,6	1,8	1,9	
Receita corrente	25664	26032	73,7	75,5	3,2	3,3	1,3	1,4	
Impostos directos	10272	9709	75,3	72,9	-3,8	-2,8	-6,7	-5,5	
Impostos indirectos	12714	14036	73,6	79,2	13,2	12,7	10,6	10,4	
Despesa Total	35133	35837	70,1	71,3	4,3	3,8	2,7	2,0	
Despesa corrente primária	28774	30088	70,6	72,9	5,6	5,7	4,8	4,6	
Despesa corrente	32693	33782	71,3	72,2	5,1	4,0	3,3	3,3	
Despesa com pessoal	8075	8192	69,7	75,8	-0,3	1,7	1,7	1,4	
Aquisição bens e serviços	825	823	50,6	54,3	-4,3	0,7	-0,9	-0,3	
Subsídios	306	295	38,1	40,3	16,6	17,3	-8,0	-3,4	
Juros	3919	3694	77,3	67,2	2,2	-7,8	-8,5	-5,7	
Transferências corr. p/ AP	17224	18273	73,8	74,5	8,1	7,0	5,9	6,1	
Saldo Global	-9110	-9318	-	-	-	-	-	-	
Saldo Primário	-5191	-5623	-	-	-	-	-	-	

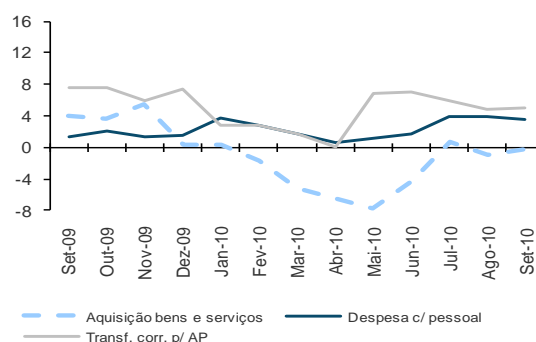
Nota: * Corresponde ao OE inicial corrigido das alterações orçamentais da competência do Governo, nomeadamente, os montantes cativos utilizados, as autorizações de despesa, e os reforços de dotação provisional. Fonte: DGO.

¹ Em 2010, os encargos com a saúde nas instituições integradas no SNS dos trabalhadores dos serviços de administração directa do Estado passaram a ser suportadas pela dotação orçamental destinada ao financiamento do SNS.

² Excluindo, em 2009, a componente referente ao pagamento de pensões da responsabilidade do Estado.

- um crescimento da despesa total em 2,0%, devido ao aumento da despesa corrente em 3,3%, enquanto que a despesa de capital diminui 15,8%. O principal contributo para a variação da despesa corrente é dado pelo aumento em 5,2% das transferências correntes corrigidas da compensação pelo pagamento de pensões da responsabilidade do Estado¹, reflectindo, sobretudo, o comportamento das transferências para a Segurança Social e para o SNS. As despesas com o pessoal registam um crescimento de 3,6%, em termos comparáveis², enquanto as outras despesas correntes aumentaram 6,6%. A despesa corrente primária aumentou 4,6%, parcialmente compensado pela redução de 5,7% dos juros e outros encargos.

Figura 2.24. Despesa do Estado – principais componentes (VHA, em %)



Nota: A despesa com o pessoal e transferências correntes para as AP encontram-se corrigidas da alteração metodológica referida. Fontes: DGO e GPEARI.

No final de Setembro, a dívida directa do Estado situou-se em 148 mil milhões de euros, registando um aumento de 754 milhões de euros face ao final do mês anterior. A variação da dívida reflectiu, essencialmente, a emissão líquida de Obrigações do Tesouro e de ECP, que mais do que compensou a amortização líquida de Bilhetes do Tesouro e de outros títulos não transaccionáveis. As variações cambiais verificadas no período contribuíram para a diminuição do stock de dívida em 158 milhões de euros.

Quadro 2.8. Movimento da Dívida do Estado
(milhões de euros)

	31-Ago-10	Set-10			30-Set-10
	Saldo	Emissões	Amortiz.	Outros	Saldo
Transaccionável	123 062	5 961	4 331	- 59	124 631
Bilhetes do Tesouro	18 252	1 918	3 304	0	16 866
Obrigações do Tesouro	101 404	1 977	0	99	103 479
Não Transaccionável	23 932	6 464	7 280	0	23 116
Certificados de Aforro	16 199	39	142	0	16 096
CEDIC	4 961	2 684	2 538	0	5 107
Total	146 993	12 425	11 611	- 59	147 747

Fonte: IGCP.

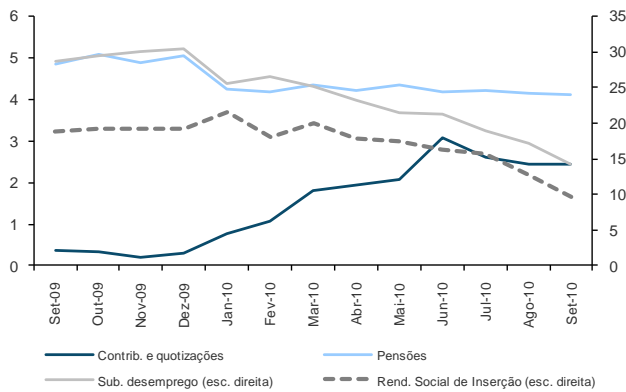
Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações

Até Setembro, o excedente da execução orçamental da Segurança Social, na óptica da contabilidade pública, foi de 886,9 milhões de euros, representando uma redução de 115,7 milhões de euros face ao mesmo período de 2009.

A execução orçamental da Segurança Social, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

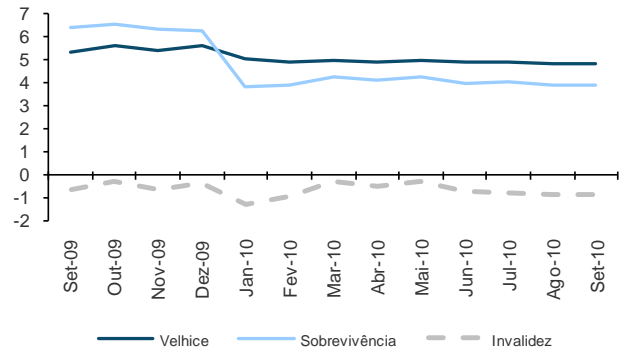
- um aumento da receita corrente em 4,9% em resultado essencialmente do aumento das transferências correntes da Administração Central (10,1%), das transferências do Fundo Social Europeu (8,0%) e das contribuições e quotizações (2,4%); e
- um aumento da despesa corrente em 6,1%, reflectindo, principalmente, a subida da despesa em prestações sociais, nomeadamente, pensões (4,1%), subsídio de desemprego e apoio ao emprego (14,2%), outras prestações (8,0%), rendimento social de inserção (9,7%) e complemento solidário para idosos (19,3%). No que respeita ao número de beneficiários, destaca-se, em Setembro, uma diminuição, em termos homólogos, de 15% no subsídio de doença e de 5,6% nos subsídios de desemprego e social de desemprego, enquanto nas pensões de velhice da Segurança Social aumentaram 2,2%. As despesas com acções de formação profissional continuam a apresentar um crescimento (50,4%), com o aumento de 70,1% nas acções suportadas pelo Fundo Social Europeu.

Figura 2.25. Execução Orçamental da Seg. Social
(VHA, em %)



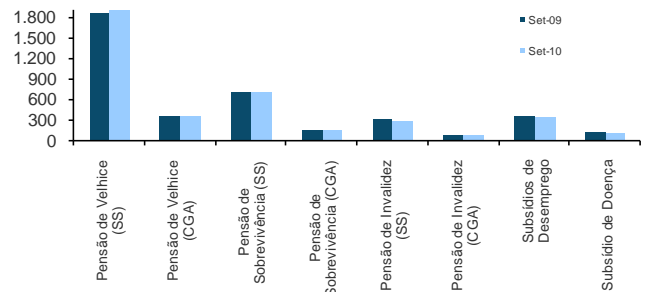
Fonte: DGO

Figura 2.26. Despesa em Pensões da Seg. Social
(VHA, em %)



Fonte: DGO

Figura 2.27. Número de Pensões e Subsídios Atribuídos
(milhares, em final do mês)



Fontes: MTSS e CGA.

Até Setembro, o défice da Caixa Geral de Aposentações (CGA), em contabilidade pública, foi de 34 milhões de euros, 47 milhões de euros inferior ao do período homólogo. A receita corrente cresceu 5%, devido ao aumento das contribuições em 18,1%, parcialmente compensada pela redução das transferências do OE (-4,2%). A despesa corrente aumentou 4,1%, reflectindo, principalmente, os aumentos da despesa em pensões (4,2%).

Quadro 2.10. Execução Orçamental da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações

	Segurança Social				Caixa Geral de Aposentações					
	2009		2010		2009		2010			
	Jan a Set		Jan a Set		Jan a Set		Jan a Set			
	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)	10 ⁶ euros	10 ⁶ euros	VHA	Execução face ao OE (%)		
Receita Total	16881	17725	5,0	40,0	39,4	5718	6004	5,0	75,0	72,5
Contribuições e quotizações	9725	9962	2,4	40,0	39,8	2703	2991	10,6	71,5	72,0
Transferências correntes da Adm. Central	5371	5912	10,1	41,2	41,5	2915	2956	1,4	79,3	73,5
Despesa Total	15878	16839	6,0	36,0	39,6	5799	6038	4,1	73,6	71,5
Pensões	9562	9957	4,1	35,3	35,7	5769	6009	4,2	73,6	71,5
Subsídio de desemp. e apoio ao emprego	1488	1700	14,2	38,7	43,5	-	-	-	-	-
Prestações e acção social	3356	3482	3,8	81,5	72,8	-	-	-	-	-
Saldo Global	1003	887	-	-	-	-81	-34	-	-	-

Fontes: DGO e GPEARI.

Serviços e Fundos Autónomos

Serviços e Fundos Autónomos, excluindo o FRDP

Até Setembro, e na óptica da contabilidade pública, o excedente global provisório dos Serviços e Fundos Autónomos (excluindo o FRDP) foi de 1016,9 milhões de euros, o que constitui uma melhoria de 202 milhões de euros face ao mesmo período de 2009. Chama-se a atenção para o facto da comparação dos dados em contabilidade pública dos SFA ser afectada pelas alterações ao universo de entidades abrangidas, as quais se reflectem nas taxas de variação apresentadas¹.

A execução orçamental, face ao período homólogo, caracterizou-se por:

- uma diminuição na receita de 2,3%, explicada pelo decréscimo da receita de capital em 37,3%, enquanto que a receita corrente aumentou 0,9%. Para o comportamento da receita de capital contribuiu a redução das transferências de capital da União europeia (-52,3%)² e dos outros subsectores das Administrações Públicas (-27,3%). O crescimento da receita corrente deveu-se ao aumento das contribuições para a segurança social, CGA e ADSE (10,8%) e das transferências correntes (1,6%); e
- uma redução da despesa em 3,6%, com a despesa corrente e de capital a registarem decréscimos de 0,2% e 42,1%, respectivamente. Para a redução da despesa corrente contribuíram as despesas com o pessoal (-11,2%), os subsídios (-34,4%), as transferências correntes das Administrações Públicas (-29,6%) e as outras despesas correntes (-55,2%). Em sentido inverso, verificou-se um aumento na rubrica de aquisição de bens e serviços (9,5%). A despesa de capital apresenta variações negativas nas transferências de capital (-47,3%) e no investimento (-20,3%).

Serviço Nacional de Saúde

Até Setembro, o excedente global provisório do SNS, na componente integrada nos serviços da administração pública e na óptica da contabilidade pública, cifrou-se em 484,4 milhões de euros, registando um aumento de 133,9 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior.

A execução orçamental, face ao período homólogo de 2009, caracterizou-se por:

- um aumento de 5,5% na receita devido ao crescimento das transferências correntes em 6,3%. Em sentido contrário, as transferências de capital diminuíram 40,8%; e
- um acréscimo da despesa em 3,6%, justificada pelo aumento da aquisição de bens e serviços (11,2%) enquanto que a generalidade das outras rubricas registaram decréscimos: despesa com pessoal (-25,6%), outras despesas correntes (-51,7%), as transferências correntes (-41,8%) e despesas de capital (-17,3%). Refira-se, novamente, que o comportamento da despesa reflecte, em parte, os efeitos das alterações de universo consideradas, nomeadamente as operações de empresarialização de hospitais ocorridas no final do ano de 2009, as quais se consubstanciam, principalmente, numa diminuição da despesa com o pessoal e num aumento da aquisição de bens e serviços por parte do Serviço Nacional de Saúde.

Quadro 2.11. Execução Orçamental dos Serviços e Fundos Autónomos

	Serviços e Fundos Autónomos (inclui SNS)						Serviço Nacional de Saúde			
	2009		2010		2010		2009		2010	
	Jan a Set		Jan a Set		Ago	Set	Jan a Set		Ago	Set
	10 ⁶ euros		Exec. face OE corrig.* (%)		VHA (%)		10 ⁶ euros		VHA (%)	
Receita Total	17 893	17 487	40,1	42,8	-2,4	-2,3	6 367	6 716	6,3	5,5
Contribuições p/ Seg. Social, CGA e ADSE	2 703	2 994	43,3	41,5	11,1	10,8	-	-	-	-
Transferências correntes da Adm. Central	11 040	11 601	45,5	47,7	3,8	5,1	6 125	6 524	7,4	6,5
Despesa Total	17 078	16 470	37,4	40,3	-4,7	-3,6	6 016	6 232	2,3	3,6
Despesa com pessoal	2 137	1 898	39,6	35,1	-15,6	-11,2	737	548	-31,9	-25,6
Aquisição de bens e serviços	5 617	6 149	40,7	45,5	7,5	9,5	4 921	5 474	10,4	11,2
Transferências correntes	7 208	7 172	41,	39,8	1,2	-0,5	111	64	-49,8	-41,8
Saldo Global	815	1 017	-	-	-	-	351	484	-	-

Fonte: DGO.

¹ Para mais detalhe sobre as alterações do universo dos SFA, veja-se a Caixa 17 do Relatório do Orçamento do Estado para 2010.

² Em 2010, as transferências provenientes da União Europeia, no âmbito dos fundos estruturais passaram a ser contabilizadas como operações extra-orçamentais pelos serviços intermediários das mesmas e, por outro lado, em 2009, foi encerrado o QCA III.

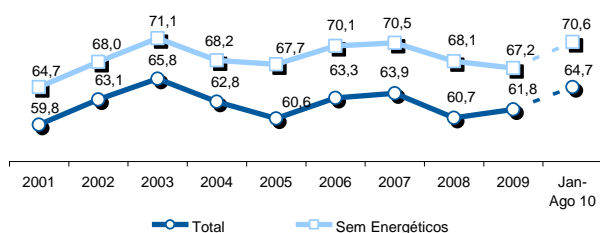
3. Comércio Internacional [1]

Evolução global [2]

De acordo com os resultados preliminares divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, para o período de *Janeiro a Agosto de 2010*, as saídas [3] de mercadorias cresceram 15,6% face ao mesmo período no ano anterior. Por sua vez, as entradas cresceram 11,2% (Quadro 3.1).

Excluindo os produtos energéticos, as saídas e as entradas cresceram 12,2% e 7,9%, respectivamente.

Figura 3.1. Evolução da Taxa de Cobertura (fob/cif) das Entradas pelas Saídas de Mercadorias (%)



Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.1. Evolução da Balança Comercial (valores acumulados)

Intra + Extra-EU (milhões de Euros)	Janeiro a Agosto			VH	
	2009	2010	VH	Últimos 3 meses	Últimos 12 meses
Saídas (fob)	20.504	23.699	15,6	14,9	7,4
Entradas (cif)	32.929	36.620	11,2	11,4	2,9
Saldo (fob-cif)	-12.425	-12.921	4,0	5,7	-4,1
Cobertura (fob/cif)	62,3	64,7	-	-	-
Cobertura (fob/fob)	65,3	67,9	-	-	-
Sem energéticos:					
Saídas (fob)	19.561	21.954	12,2	12,9	4,8
Entradas (cif)	28.825	31.103	7,9	9,1	1,2
Saldo (fob-cif)	-9.264	-9.149	-1,2	1,2	-5,9
Cobertura (fob/cif)	67,9	70,6	-	-	-
Cobertura (fob/fob)	71,2	74,1	-	-	-
Extra-UE (milhões de Euros)					
Exportações (fob)	5.033	5.943	18,1	15,9	4,0
Importações (cif)	7.004	9.264	32,3	31,0	14,8
Saldo (fob-cif)	-1.971	-3.321	68,5	67,9	43,4
Cobertura (fob/cif)	71,9	64,2	-	-	-
Cobertura (fob/fob)	75,4	67,3	-	-	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Nota:

Factor de conversão cif-fob utilizado para 2008, 2009 e 2010: 0.9529.

[1] Informação mais desagregada pode ser consultada em www.gee.min-economia.pt ("Síntese Estatística do Comércio Internacional, nº10/2010").

[2] Os dados de base do comércio internacional (Intra e Extra UE) divulgados para o período de Janeiro a Agosto de 2010 correspondem a versões preliminares. Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas (valor das transacções das empresas para as quais o INE não recebeu ainda informação) assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação (valor anual das operações intracomunitárias abaixo do qual os operadores são dispensados da declaração periódica estatística Intrastat, limitando-se à entrega da declaração periódica fiscal: no caso de Portugal, 300 mil euros para as chegadas e 250 mil para as expedições, em 2010). Por outro lado, a actual metodologia considera, para além do confronto regular entre as declarações Intrastat e do IVA, a comparação com os dados com a IES.

[3] "Saídas": somatório das "expedições" para o espaço comunitário com as "Exportações" para os Países Terceiros. "Entradas": somatório das "Chegadas" com origem nos países comunitários com as "Importações" provenientes dos Países Terceiros.

No período de *Janeiro a Agosto de 2010*, a taxa de cobertura (fob/cif) das saídas foi de 64,7%, o que traduziu uma recuperação de 2,4 p.p. face ao período homólogo. Excluindo os produtos energéticos, a taxa de cobertura (fob/cif) das entradas pelas saídas (70,6%) foi superior à taxa de cobertura para o total dos produtos em 5,9 p.p. (Figura 3.1).

Nos últimos 12 meses a terminar em Agosto, as saídas de mercadorias cresceram 7,4% e as entradas 2,9%, o que justifica a recuperação de 4,1% no saldo negativo da balança comercial. As saídas passaram a representar 63,5% das entradas de mercadorias no país, mais 2,7 p.p. que no período homólogo.

No período de *Janeiro a Agosto*, as exportações para países terceiros cresceram a uma taxa superior às expedições para o mercado comunitário, 18,1% e 14,8%, respectivamente. As importações também cresceram a um ritmo superior ao das chegadas (32,3% e 5,5%, respectivamente) (Quadro 3.2).

Quadro 3.2. Balança Comercial de Janeiro a Agosto

	valores em milhões de Euros		
Janeiro a Agosto	2009	2010	TVH
Intra + Extra UE			
Saídas	20 504	23 699	15,6
Entradas	32 929	36 620	11,2
Saldo (fob-cif)	- 12 425	- 12 921	4,0
Cobertura (fob/cif)	62,3	64,7	-
Intra UE			
Expedições	15 471	17 756	14,8
Chegadas	25 925	27 356	5,5
Saldo (fob-cif)	- 10 454	- 9 600	-8,2
Cobertura (fob/cif)	59,7	64,9	-
Extra UE			
Exportações (Fob)	5 033	5 943	18,1
Importações (Cif)	7 004	9 264	32,3
Saldo (fob-cif)	- 1 971	- 3 321	68,5
Cobertura (fob/cif)	71,9	64,2	-

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Quadro 3.3. Evolução Mensal e Trimestral

Intra+Extra UE (milhões de Euros)	ENTRADA (Cif)			SAÍDA (Fob)		
	2009	2010	TVH	2009	2010	TVH
Jan	4 048	4 020	-0,7	2 473	2 608	5,5
Fev	3 775	4 242	12,4	2 424	2 719	12,1
Mar	4 430	5 044	13,9	2 649	3 333	25,8
Abr	3 997	4 497	12,5	2 524	2 962	17,4
Mai	3 984	4 679	17,4	2 572	3 048	18,5
Jun	4 408	5 515	25,1	2 703	3 130	15,8
Jul	4 697	4 579	-2,5	3 117	3 410	9,4
Ago	3 590	4 044	12,7	2 041	2 489	22,0
Set	4 747			2 857		
Out	4 691			2 980		
Nov	4 718			2 911		
Dez	4 283			2 517		
1º Trim	12 253	13 306	8,6	7 546	8 659	14,8
2º Trim	12 389	14 691	18,6	7 799	9 140	17,2
3º Trim	13 034			8 015		
4º Trim	13 692			8 407		

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Saídas de Mercadorias

De Janeiro a Agosto, o valor das saídas de mercadorias cresceu, em termos homólogos, 15,6%. *Excluindo os produtos energéticos*, essa variação foi de 12,2% (Quadro 3.4).

À exceção do grupo de produtos de “Vestuário e Calçado” (-1,2%), todos os grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das saídas de mercadorias entre Janeiro e Agosto, apresentando taxas de variação homóloga positivas.

No período de Janeiro a Agosto de 2010, destaca-se o crescimento homólogo das saídas dos grupos de produtos “Energéticos” (+85,1%), “Madeira, Cortiça e Papel” (+28,1%), “Químicos” (+25%), “Minérios e Metais” (+23,3%) e “Material de Transporte” (+18,3%). Os grupos que mais contribuíram para este comportamento positivo foram os “Energéticos” (+3,9 p.p.), “Químicos” (+2,8 p.p.) e “Madeira, Cortiça e Papel” (+2,4 p.p.).

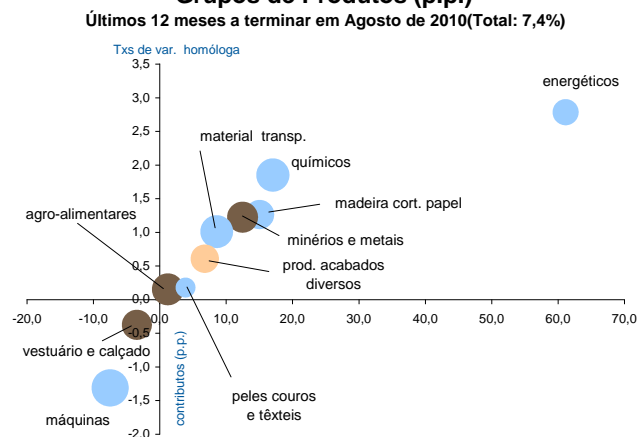
Nos últimos 12 meses a terminar em Agosto, as saídas registaram um crescimento homólogo inferior de 7,4%, evidenciando-se, também, a performance dos grupos de produtos “Energéticos” (+61,2%) e “Químicos” (+17%). *Excluindo os produtos energéticos*, o aumento foi de 4,8% (Quadro 3.4).

Na Figura 3.2 estão representados os contributos dos diversos grupos de produtos para o crescimento das saídas nos últimos 12 meses.

A análise da figura e dos valores que se apresentam no Quadro 3.4 vêm confirmar a importância relativa dos contributos dos diferentes grupos de produtos no crescimento das saídas de mercadorias anteriormente evidenciados.

Os produtos “Energéticos” foram os produtos com maior contributo para a taxa de crescimento das saídas nos últimos 12 meses (+2,8 p.p.), facto que se justifica pela paralisação da refinaria de Sines entre a segunda quinzena de Janeiro de 2009 até ao fim do passado mês de Fevereiro. Destaca-se, ainda, os contributos dos produtos “Químicos” (+1,9 p.p.) e “Madeira, cortiça e papel” (+1,3 p.p.) para a taxa de crescimento das saídas. Os grupos de produtos “Máquinas” e “Vestuário e Calçado” contribuíram negativamente (-1,3 p.p. e -0,4 p.p., respectivamente).

Figura 3.2. Contributos para o Crescimento das Saídas por Grupos de Produtos (p.p.)



Fonte: Quadro 3.4. Saídas de Mercadorias por Grupos de Produtos.

Nota:

A dimensão dos círculos representa o peso relativo de cada grupo de produtos no total das saídas no período em análise.

Quadro 3.4. Saídas * de Mercadorias por Grupos de Produtos

(Fob)

Intra + Extra UE

Grupos de Produtos	Milhões de Euros		Estrutura (%)				Tax. variação e contributos			
	Jan-Ago		Anual		Jan-Ago		últimos 12 meses		Jan-Ago	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010	VH	contrib. p.p.[1]	VH	contrib. p.p.[1]
Total das Saídas	20 504	23 699	100,0	100,0	100,0	100,0	7,4	7,4	15,6	15,6
000 Agro-Alimentares	2 575	2 648	8,1	12,7	12,6	11,2	1,2	0,2	2,8	0,4
100 Energéticos	943	1 745	2,7	5,0	4,6	7,4	61,2	2,8	85,1	3,9
200 Químicos	2 277	2 847	9,4	11,3	11,1	12,0	17,0	1,9	25,0	2,8
300 Madeira, Cortiça e Papel	1 735	2 222	9,0	8,8	8,5	9,4	15,1	1,3	28,1	2,4
400 Peles, Couros e Têxteis	938	1 045	5,6	4,6	4,6	4,4	3,9	0,2	11,4	0,5
500 Vestuário e Calçado	2 392	2 364	14,0	10,9	11,7	10,0	-3,4	-0,4	-1,2	-0,1
600 Minérios e Metais	1 987	2 450	8,3	9,8	9,7	10,3	12,5	1,2	23,3	2,3
700 Máquinas	3 342	3 518	19,6	16,2	16,3	14,8	-7,5	-1,3	5,3	0,9
800 Material de Transporte	2 366	2 800	15,0	11,7	11,5	11,8	8,6	1,0	18,3	2,1
900 Produtos Acabados Diversos	1 949	2 059	8,2	9,0	9,5	8,7	6,8	0,6	5,6	0,5

Por memória:

Total sem energéticos	19 561	21 954	97,3	95,0	95,4	92,6	4,8	4,6	12,2	11,7
-----------------------	--------	--------	------	------	------	------	-----	-----	------	------

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

* Somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Entre Janeiro e Agosto de 2010, as expedições para os países da UE registaram uma variação homóloga positiva de 14,8%, com as expedições com destino aos países da UE-15 a crescerem 14,3% e para os 12 Países do Alargamento 26,4%. As exportações para os Países Terceiros cresceram a um ritmo superior, 18,1% (Quadro 3.5).

No que respeita às saídas para os países do mercado comunitário (expedições), salientam-se a Bélgica (+47,2%), a Polónia (+25,5%), os Países Baixos (+23,7%), a Espanha (+14,5%) e o Reino Unido (+13,9%). De referir ainda a variação homóloga positiva das expedições para a França (7,9%) e para a Alemanha (12,5%).

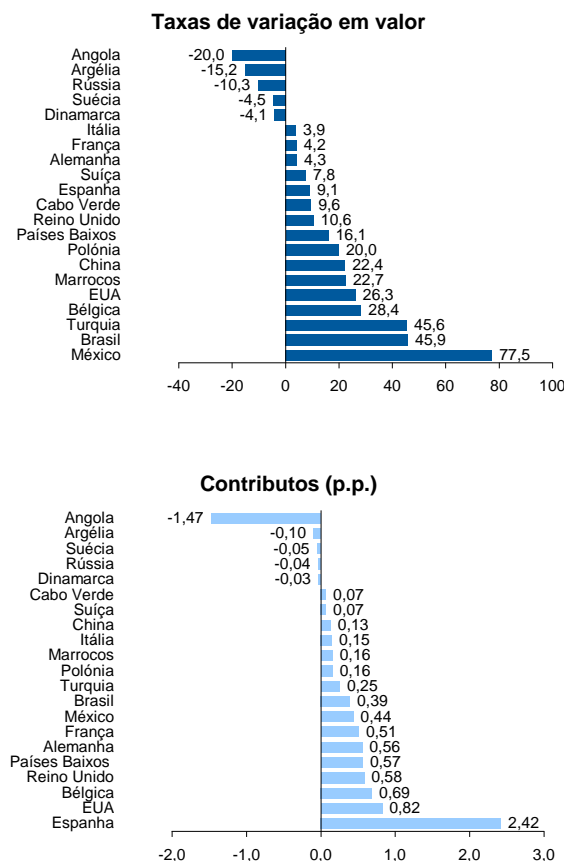
Quanto às saídas para os países terceiros (exportações), destacam-se os crescimentos homólogos das exportações para países como o México (+89%), Brasil (+73%), Turquia (+50,1%) e EUA (+44,8%).

Para o comportamento positivo das saídas de mercadorias, de Janeiro a Agosto de 2010, contribuíram, essencialmente, a Espanha (+3,9 p.p.), a Alemanha (+1,6 p.p.), os Estados Unidos (1,3 p.p.) e a Bélgica (1,2 p.p.).

A Figura 3.3 apresenta as taxas de variação em valor e os contributos dos diversos mercados para o crescimento das saídas nos últimos 12 meses. Angola destaca-se com a contribuição negativa mais acentuada (-1,6 p.p.) dos últimos 12 meses.

Figura 3.3. Taxas de Crescimento das Saídas para uma Seleção de Mercados e Contributos

Últimos 12 meses a terminar em Agosto de 2010



Fonte: Quadro 3.5.

Quadro 3.5. Evolução das Saídas de Mercadorias com Destino a uma Seleção de Mercados

Destino	Jan-Ago		Estrutura (%)				média anual 04-09*	Taxas de variação e contributos [2]			
	2009	2010	anual		Jan-Ago			12 meses [1]		Jan-Ago	
			2004	2009	2009	2010		VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL	20 504	23 699	100,0	100,0	100,0	100,0	0,5	7,4	7,4	15,6	15,6
Intra UE-27	15 471	17 756	81,5	75,4	75,5	74,9	-1,0	8,6	6,4	14,8	11,1
dos quais:											
UE-15	14 894	17 027	79,9	72,6	72,6	71,8	-1,4	8,3	5,9	14,3	10,4
Espanha	5 488	6 283	26,1	27,2	26,8	26,5	1,4	9,1	2,4	14,5	3,9
Alemanha	2 696	3 033	13,4	12,9	13,2	12,8	-0,2	4,3	0,6	12,5	1,6
França	2 598	2 804	13,8	12,4	12,7	11,8	-1,6	4,2	0,5	7,9	1,0
R.Unido	1 156	1 316	9,4	5,7	5,6	5,6	-8,9	10,6	0,6	13,9	0,8
Itália	771	861	4,4	3,8	3,8	3,6	-2,5	3,9	0,1	11,7	0,4
P.Baixos	762	943	4,1	3,6	3,7	4,0	-1,9	16,1	0,6	23,7	0,9
Bélgica	506	745	4,2	2,4	2,5	3,1	-9,9	28,4	0,7	47,2	1,2
Suécia	242	228	1,2	1,2	1,2	1,0	0,4	-4,5	-0,1	-5,9	-0,1
Dinamarca	166	173	0,8	0,8	0,8	0,7	-0,9	-4,1	0,0	4,4	0,0
Alargamento	577	729	1,6	2,9	2,8	3,1	13,5	15,2	0,4	26,4	0,7
Polónia	169	212	0,4	0,9	0,8	0,9	14,4	20,0	0,2	25,5	0,2
Extra UE-27	5 033	5 943	18,5	24,6	24,5	25,1	6,4	4,0	1,0	18,1	4,4
dos quais:											
Angola	1 487	1 163	2,2	7,1	7,3	4,9	27,3	-20,0	-1,5	-21,8	-1,6
EUA	611	884	5,6	3,2	3,0	3,7	-10,3	26,3	0,8	44,8	1,3
Brasil	154	267	0,5	0,9	0,8	1,1	13,8	45,9	0,4	73,0	0,5
Suíça	194	221	0,9	0,9	0,9	0,9	1,1	7,8	0,1	14,1	0,1
C.Verde	145	178	0,5	0,7	0,7	0,7	9,8	9,6	0,1	22,4	0,2
China	135	149	0,3	0,7	0,7	0,6	17,0	22,4	0,1	10,4	0,1
Marrocos	141	203	0,5	0,7	0,7	0,9	8,4	22,7	0,2	43,9	0,3
México	139	262	0,2	0,6	0,7	1,1	23,4	77,5	0,4	89,0	0,6
Turquia	124	186	0,6	0,6	0,6	0,8	3,1	45,6	0,3	50,1	0,3
Argélia	153	130	0,1	0,6	0,7	0,5	36,3	-15,2	-0,1	-14,6	-0,1
Por memória:											
Rússia	66	79	0,2	0,3	0,3	0,3	12,8	-10,3	0,0	19,2	0,1
PALOP	1 756	1 484	2,9	8,4	8,6	6,3	24,0	-15,3	-1,3	-15,5	-1,3
EFTA	254	282	1,2	1,2	1,2	1,2	0,1	5,3	0,1	10,8	0,1

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

[1] (Set 09-Ago 10) / (Set 08-Ago 09) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das saídas - análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

Entradas de Mercadorias

Entre Janeiro a Agosto de 2010, as entradas de mercadorias registaram um crescimento homólogo de 11,2% (Quadro 3.6).

As entradas de mercadorias provenientes do mercado comunitário cresceram, em termos homólogos, 5,5%, tendo as entradas provenientes dos países da UE-15 crescido 5,3% e as provenientes dos países do Alargamento 12,3%. Destaca-se o crescimento homólogo das entradas do Reino Unido (+29,7%), da Suécia (+18,2%), e da Itália (+10,9%).

A UE-27 continua a ser o principal mercado de origem das entradas, representando 74,7% das entradas de mercadorias, 72,4% são relativos aos países da UE-15 e os restantes 2,3% aos Países do Alargamento.

Nos oito primeiros meses do ano, as entradas de mercadorias provenientes de países terceiros (importações) aumentaram 32,3%, representando 25,3% do total das entradas.

Neste mesmo período, assinala-se o crescimento homólogo das importações provenientes da Líbia (+109,5%), Índia (+68,6%), China (+47%), Arábia Saudita (+38,1%) e Rússia (+35,6%). As importações com origem nos países da OPEP, onde se inclui Angola, representaram 7,3% do total das entradas.

À excepção do grupo de produtos "Máquinas" (-1,8 p.p.), todos os restantes grupos de produtos contribuíram positivamente para o crescimento das entradas de mercadorias no país entre Janeiro e Agosto de 2010, destacando-se os grupos "Energéticos" (+4,3 p.p.), "Material de Transporte" (+4,2 p.p.), "Químicos" (+1,6 p.p.) e "Minérios e Metais" (+1,3 p.p.).

Quadro 3.6. Entradas de Mercadorias por Grupos de Produtos e sua Distribuição por uma Seleção de Mercados

Grupos de Produtos	10 ⁶ Euros (Cif)		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos [2]			
	Jan-Ago		Anual		Jan-Ago		12 meses [1]		Jan-Ago	
	2009	2010	2004	2009	2009	2010	VH	contrib. p.p.[2]	VH	contrib. p.p.[2]
TOTAL DAS ENTRADAS	32 929	36 620	100,0	100,0	100,0	100,0	2,9	2,9	11,2	11,2
Grupos de Produtos										
000-Agro-Alimentares	4 950	5 083	12,4	14,7	15,0	13,9	-0,5	-0,1	2,7	0,4
100-Energéticos	4 104	5 517	10,5	12,6	12,5	15,1	14,0	1,8	34,4	4,3
200-Químicos	5 082	5 593	13,7	15,2	15,4	15,3	5,0	0,7	10,1	1,6
300-Peles, Mad, Cortiça e Papel	1 531	1 668	5,0	4,6	4,6	4,6	1,7	0,1	9,0	0,4
400-Têxteis, Vestuário e Calçado	2 280	2 423	7,6	6,8	6,9	6,6	1,6	0,1	6,3	0,4
500-Minérios e Metais	2 641	3 071	9,7	8,3	8,0	8,4	1,8	0,2	16,3	1,3
600-Máquinas [3]	6 484	5 893	21,2	19,2	19,7	16,1	-15,6	-3,2	-9,1	-1,8
700-Material de Transporte [4]	3 745	5 134	14,1	12,2	11,4	14,0	27,1	3,0	37,1	4,2
800-Prod. Acabados Diversos	2 111	2 238	5,9	6,4	6,4	6,1	3,4	0,2	6,0	0,4
Total sem energéticos	28 825	31 103	89,5	87,4	87,5	84,9	1,2	1,1	7,9	6,9
Mercados de origem										
Intra UE-27	25 925	27 356	79,5	78,6	78,7	74,7	-0,4	-0,3	5,5	4,3
dos quais:										
UE-15	25 160	26 497	77,8	76,2	76,4	72,4	-0,6	-0,5	5,3	4,1
Espanha	10 668	11 168	31,2	32,6	32,4	30,5	-0,5	-0,2	4,7	1,5
Alemanha	4 439	4 891	14,4	13,3	13,5	13,4	-0,9	-0,1	10,2	1,4
França	2 705	2 744	9,3	8,3	8,2	7,5	1,0	0,1	1,4	0,1
Itália	1 877	2 082	6,2	5,8	5,7	5,7	6,0	0,3	10,9	0,6
Países Baixos	1 874	1 884	4,7	5,5	5,7	5,1	-4,0	-0,2	0,5	0,0
Reino Unido	1 064	1 380	4,6	3,3	3,2	3,8	13,5	0,4	29,7	1,0
Bélgica	945	1 014	2,9	2,8	2,9	2,8	-2,8	-0,1	7,4	0,2
Suécia	335	396	1,3	1,0	1,0	1,1	7,1	0,1	18,2	0,2
Irlanda	322	333	0,8	1,0	1,0	0,9	7,8	0,1	3,6	0,0
Alargamento	765	859	1,7	2,4	2,3	2,3	8,1	0,2	12,3	0,3
Extra UE-27	7 004	9 264	20,5	21,4	21,3	25,3	14,8	3,2	32,3	6,9
dos quais:										
Nigéria	747	877	1,4	2,4	2,3	2,4	14,4	0,3	17,4	0,4
China	699	1 027	0,9	2,2	2,1	2,8	15,3	0,4	47,0	1,0
Brasil	632	655	1,7	1,7	1,9	1,8	-7,8	-0,1	-3,7	0,1
EUA	540	539	2,1	1,7	1,6	1,5	3,9	0,1	0,3	0,0
Noruega	330	407	1,1	1,1	1,0	1,1	25,4	0,3	23,4	0,2
Rússia	222	301	1,2	1,0	0,7	0,8	109,9	0,6	35,6	0,2
Arábia Saudita	273	377	0,6	0,8	0,8	1,0	3,4	0,0	38,1	0,3
Líbia	241	505	0,7	0,6	0,7	1,4	67,2	0,4	109,5	0,8
Suíça	206	243	0,6	0,6	0,6	0,7	11,7	0,1	17,5	0,1
Japão	203	245	1,3	0,6	0,6	0,7	-26,6	-0,2	20,5	0,1
Turquia	174	219	0,7	0,6	0,5	0,6	21,1	0,1	26,3	0,1
Coreia do Sul	193	169	0,5	0,5	0,6	0,5	-16,8	-0,1	-12,4	-0,1
Argélia	185	155	1,0	0,5	0,6	0,4	-50,4	-0,5	-16,3	-0,1
Índia	167	282	0,4	0,5	0,5	0,8	24,4	0,1	68,6	0,3
OPEP[5]	1 859	2 690	4,5	5,8	5,6	7,3	16,9	1,0	44,7	2,5
EFTA	552	661	1,8	1,8	1,7	1,8	19,1	0,3	19,6	0,3
PALOP	74	468	0,1	0,4	0,2	1,3	248,4	0,8	532,6	1,2

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação.

Notas:

Países ordenados por ordem decrescente de valor no ano de 2009.

* Somatório das "Chegadas" de mercadorias provenientes da UE com as "Importações" de Países Terceiros.

[1] (Set 09- Ago 10) / (Set 08-Ago 09) x 100 - 100.

[2] Contributos para a taxa de crescimento das entradas - análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[3] Não inclui tractores.

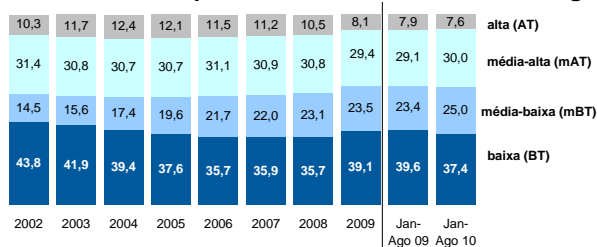
[4] Inclui tractores.

[5] Inclui Angola.

Comércio Internacional Português por grau de Intensidade Tecnológica

Segundo os dados declarados das estatísticas do comércio internacional, para o período de Janeiro a Agosto de 2010, as saídas de produtos de média intensidade tecnológica (média baixa+média alta) representam 55% do total das saídas de produtos industriais transformados. Os produtos de média intensidade tecnológica continuam a ser os produtos cujas saídas apresentaram uma maior taxa de crescimento homólogo e uma maior contribuição para o crescimento das saídas de produtos industriais transformados, com destaque para os de média-baixa tecnologia (+22,9% e 5,4 p.p., respectivamente) (Figura 3.4 e Quadro 3.7).

Figura 3.4. Saídas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Alta tecnologia excluindo "Aeronaves e aeroespacial":

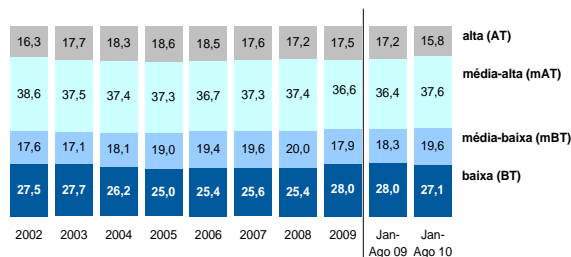


Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Entre Janeiro e Agosto de 2010, as saídas dos produtos de baixa intensidade tecnológica contribuíram para 37,4% do total das saídas de produtos industriais transformados. As saídas deste tipo de produtos cresceram, em termos homólogos, 8,3%.

Apesar do peso das saídas de produtos de alta intensidade tecnológica continuar a apresentar uma tendência decrescente, tendo descido de 7,9% para 7,6% em termos homólogos, entre Janeiro e Agosto de 2010, o seu contributo para o crescimento das saídas de produtos industriais transformados permanece positivo (+0,8 p.p.)

Figura 3.5. Entradas de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica



Fonte: Quadro 3.7. Saídas e Entradas de Produtos Industriais Transformados, por grau de intensidade tecnológica.

Nota:

Os dados anuais apresentados nas figuras 3.4 e 3.5 foram extraídos da nova série do comércio internacional (1993-2009), que inclui estimativas para as empresas abaixo dos limiares de assimilação e para as não respostas. Os dados do período de Janeiro a Agosto de 2009 e 2010 são dados declarados.

Quadro 3.7. Saídas e Entradas * de Produtos Industriais Transformados, por Grau de Intensidade Tecnológica

Intra + Extra-UE

Valores em 1000 Euros

Intensidade Tecnológica	2009	Janeiro a Agosto		Taxas variação (%)			% total prod. indust. transf.				Contributos ⁽¹⁾ (p.p.)	
		2009	2010	média 2004-09	2009/08	Jan-Ago 2010/09	2008	2009	Jan-Ago		2009	Jan-Ago 2010
									2009	2010		
SAÍDAS*												
Total dos prod. indust. transformados	29 989 042	19 438 818	22 312 739	0,2	-18,2	14,8	100,0	100,0	100,0	100,0	-18,2	14,8
Alta tecnologia	2 414 667	1 533 366	1 689 163	-8,1	-37,1	10,2	10,5	8,1	7,9	7,6	-3,9	0,8
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	2 320 705	1 475 593	1 611 242	-6,6	-36,1	9,2	10,0	7,8	7,6	7,2	-3,6	0,7
Média-alta tecnologia	8 810 227	5 665 205	6 703 642	-0,7	-21,9	18,3	30,8	29,4	29,1	30,0	-6,7	5,3
Média-baixa tecnologia	7 034 011	4 541 844	5 581 850	6,3	-17,0	22,9	23,1	23,5	23,4	25,0	-3,9	5,4
Baixa tecnologia	11 730 137	7 698 403	8 338 085	0,1	-10,3	8,3	35,7	39,1	39,6	37,4	-3,7	3,3
<i>Por memória:</i>												
Total das Saídas	31 768 156	20 503 611	23 699 213	0,5	-18,4	15,6	100,0	100,0	100,0	100,0	-18,4	15,6
Residual [3]	1 779 113	1 064 793	1 386 474	7,1	-22,3	30,2	5,9	5,6	5,2	5,9	-1,3	1,6
ENTRADAS*												
Total dos prod. indust. transformados	43 472 102	27 888 226	29 929 950	0,5	-16,6	7,3	100,0	100,0	100,0	100,0	-16,6	7,3
Alta tecnologia	7 599 703	4 806 970	4 714 969	-0,5	-15,2	-1,9	17,2	17,5	17,2	15,8	-2,6	-0,3
- Sem Aeronáutica e aeroespacial [2]	6 928 309	4 506 375	4 454 404	-0,5	-15,7	-1,2	16,0	16,2	16,3	15,0	-2,5	-0,2
Média-alta tecnologia	15 918 624	10 152 486	11 259 291	0,0	-18,4	10,9	37,4	36,6	36,4	37,6	-6,9	4,0
Média-baixa tecnologia	7 797 767	5 108 508	5 855 637	0,3	-25,1	14,6	20,0	17,9	18,3	19,6	-5,0	2,7
Baixa tecnologia	12 156 009	7 820 262	8 100 053	1,8	-8,2	3,6	25,4	28,0	28,0	27,1	-2,1	1,0
<i>Por memória:</i>												
Total das Entradas	51 367 886	32 928 886	36 620 240	0,8	-20,0	11,2	100,0	100,0	100,0	100,0	-20,0	11,2
Residual [3]	7 895 784	5 040 660	6 690 290	3,2	-34,6	32,7	18,8	15,4	15,3	18,3	-6,5	5,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas do Comércio Internacional do INE (nova série 1993-2009; versões preliminares para 2009 e 2010). Os dados do comércio intracomunitário incluem estimativas para as não respostas assim como para as empresas que se encontram abaixo dos limiares de assimilação. Os dados para os períodos de Janeiro a Julho de 2009 e de Janeiro a Julho de 2010 referem-se apenas a dados declarados.

Notas:

* Saídas: somatório das Expedições de Mercadorias para a UE com as Exportações para Países Terceiros; Entradas: somatório das Chegadas com origem no espaço comunitário com as Importações provenientes dos Países Terceiros.

[1] Contributos para a taxa de crescimento das Saídas/Entradas de produtos industriais transformados, em pontos percentuais – análise shift-share: (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100.

[2] Os dados referentes aos produtos de AT não são directamente comparáveis para os anos de 2004 e 2005 uma vez que, a partir de 1 de Janeiro de 2005, as reparações e manutenção de aeronaves provenientes dos países comunitários passaram a ser contabilizadas na balança de Serviços. O mesmo sucede para os dados de 2005 e 2006, na medida em que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, o mesmo tratamento foi aplicado às aeronaves provenientes dos países terceiros.

[3] Total das Saídas (Entradas) – Saídas (Entradas) de produtos industriais transformados.

Comércio Internacional de Bens e Serviços

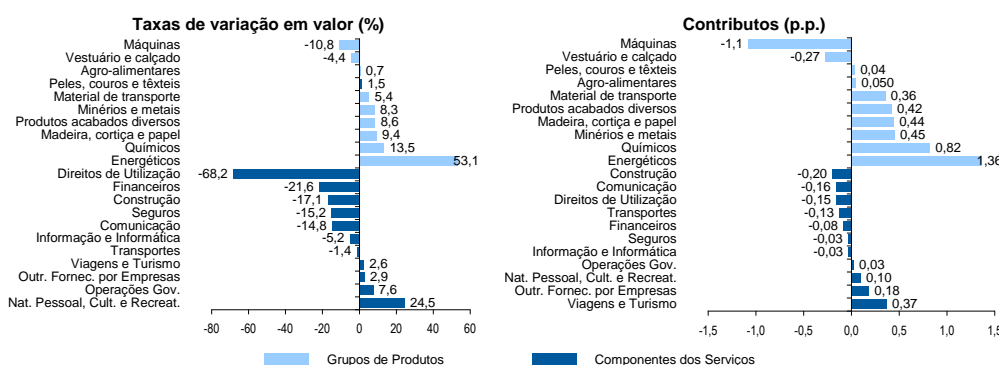
De acordo com os dados divulgados pelo Banco de Portugal para a Balança de Pagamentos, as "Exportações" (crédito) dos Serviços representaram 31,1% do total das "Exportações", entre Janeiro e Julho de 2010. No que se refere às "Importações" (débitos) o seu peso no total foi de 16,6%.

De Janeiro a Julho de 2010, as "exportações" de Bens e Serviços aumentaram, em termos homólogos, 11,3% sendo que a componente dos Bens teve um contributo para o crescimento das "exportações" totais superior ao da componente dos Serviços (9,5 p.p. e 1,8 p.p., respectivamente) (Quadro 3.8).

No painel esquerdo da Figura 3.6 compara-se o crescimento homólogo das diferentes categorias de Bens e de Serviços nos últimos 12 meses, com base em dados do INE para as "exportações" de Bens (Grupos de Produtos) e do Banco de Portugal para as "exportações" de Serviços. O painel direito mostra os contributos para a taxa de crescimento das "exportações" de Bens e Serviços.

Salienta-se o contributo positivo dos Produtos Energéticos (+1,36 p.p.). Do lado dos serviços, mas de menor significado, destacam-se os serviços inscritos na rubrica Viagens e Turismo (0,37 p.p.).

Figura 3.6. Taxas de Crescimento das "Exportações" de Bens e Serviços e Contributos das Componentes
Últimos 12 meses a terminar em Julho de 2010



Fonte: Cálculos do GEE com base em dados do Banco de Portugal, para as "Exportações" de bens e serviços, e do INE, para o cálculo da estrutura das "exportações" de Bens. A distribuição do contributo das "Exportações" de Bens (dados da Balança de Pagamentos, banco de Portugal) pelos grupos de produtos segue a estrutura implícita na base de dados do Comércio Internacional do INE para as Saídas de Bens (somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros).

Quadro 3.8. Comércio Internacional de Bens e Serviços (Componentes dos Serviços)

	Valores em milhões de euros										
	Janeiro a Julho		Estrutura (%)				Taxas de variação e contributos				
			Anual		Jan-Jul		média anual 04-09	12 meses [2]		Jan-Jul	
2009	2010	2004	2009	2009	2010	VH		contrib. p.p. [1]	VH	contrib. p.p. [1]	
CRÉDITO ("Exportações")											
Bens e Serviços	27 678	30 814	100,0	100,0	100,0	100,0	2,4	2,5	2,5	11,3	11,3
Bens	18 607	21 233	72,4	66,2	67,2	68,9	0,6	3,9	2,6	14,1	9,5
Serviços	9 071	9 582	27,6	33,8	32,8	31,1	6,6	-0,3	-0,1	5,6	1,8
Transportes	2 398	2 607	5,3	8,6	8,7	8,5	12,6	-1,4	-0,1	8,7	0,8
Viagens e Turismo	3 625	3 929	14,5	14,4	13,1	12,7	2,2	2,6	0,4	8,4	1,1
Comunicação	307	280	0,8	1,0	1,1	0,9	6,1	-14,8	-0,2	-8,9	-0,1
Construção	301	266	0,8	1,1	1,1	0,9	7,9	-17,1	-0,2	-11,4	-0,1
Seguros	68	53	0,3	0,2	0,2	0,2	-0,7	-15,2	0,0	-21,6	-0,1
Financiários	90	88	0,4	0,3	0,3	0,3	-3,1	-21,6	-0,1	-2,3	0,0
Informação e Informática	159	155	0,3	0,5	0,6	0,5	17,9	-5,2	0,0	-2,3	0,0
Direitos de Utilização	92	19	0,1	0,2	0,3	0,1	37,8	-68,2	-0,2	-79,5	-0,3
Outr. Fornec. por Empresas	1 813	1 924	4,4	6,7	6,6	6,2	11,2	2,9	0,2	6,1	0,4
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	122	153	0,4	0,5	0,4	0,5	7,8	24,5	0,1	24,8	0,1
Operações Governamentais	96	108	0,4	0,3	0,3	0,3	1,5	7,6	0,0	12,4	0,0
DÉBITO ("Importações" Fob)											
Bens e Serviços	34 399	37 600	100,0	100,0	100,0	100,0	1,6	-1,1	-1,1	9,3	9,3
Bens	28 279	31 346	85,9	82,7	82,2	83,4	0,9	-0,6	-0,5	10,8	8,9
Serviços	6 120	6 254	14,1	17,3	17,8	16,6	5,8	-3,3	-0,6	2,2	0,4
Transportes	1 738	1 839	4,5	5,1	5,1	4,9	4,2	-2,5	-0,1	5,8	0,3
Viagens e Turismo	1 603	1 719	4,0	4,5	4,7	4,6	4,0	-0,9	0,0	7,3	0,3
Comunicação	283	256	0,5	0,7	0,8	0,7	8,3	-15,3	-0,1	-9,5	-0,1
Construção	75	54	0,2	0,2	0,2	0,1	-1,3	-22,1	0,0	-28,2	-0,1
Seguros	120	136	0,4	0,3	0,3	0,4	-0,6	4,5	0,0	13,3	0,0
Financiários	106	132	0,3	0,3	0,3	0,4	4,8	-0,3	0,0	24,3	0,1
Informação e Informática	215	207	0,3	0,6	0,6	0,6	17,1	6,3	0,0	-3,9	0,0
Direitos de Utilização	219	233	0,5	0,6	0,6	0,6	5,2	4,9	0,0	6,3	0,0
Outr. Fornec. por Empresas	1 404	1 317	2,6	3,9	4,1	3,5	9,9	-9,3	-0,4	-6,2	-0,3
Nat. Pessoal, Cult. e Recreat.	282	286	0,5	0,8	0,8	0,8	10,8	9,3	0,1	1,3	0,0
Operações Governamentais	74	75	0,3	0,2	0,2	0,2	-2,6	-10,0	0,0	0,8	0,0

Fonte: GEE, com base nos dados das estatísticas da Balança de Pagamentos do Banco de Portugal para as "Importações" totais de Bens e para as "Exportações" de Serviços.

Notas:

As "Exportações" das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Crédito) correspondem às Saídas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das "Expedições" de mercadorias para a UE com as "Exportações" para Países Terceiros). As "Importações" das Estatísticas da Balança de Pagamentos (Débito) correspondem às Entradas das Estatísticas do Comércio Internacional (somatório das "Chegadas" de mercadorias para a UE com as "Importações" para Países Terceiros).

Valores Fob para a "Importação" de bens.

[1] Contributos para a taxa de crescimento - Análise shift-share : (TVH) x (peso no período homólogo anterior) ÷ 100. Medem a proporção de crescimento das "Exportações"/"Importações" atribuível a cada categoria especificada.

[2] 12 meses até Julho de 2010.

Destaques

Proposta do Orçamento do Estado para 2011

A 15 de Outubro de 2010, o Governo entregou à Assembleia da República a Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2011.

A actual Proposta tem como principal objectivo o reforço e a intensificação da consolidação orçamental, a fim de cumprir as metas das finanças públicas, de restabelecer rapidamente a confiança dos mercados financeiros para garantir o financiamento da economia, e a promoção da competitividade como forma de evitar a estagnação da economia e o agravamento do desemprego.

Num contexto de forte instabilidade nos mercados financeiros, agravada em Março pela crise orçamental grega, que se estendeu a outros países com maior vulnerabilidade em matéria de finanças públicas, como é o caso de Portugal, e em Setembro pelo resgate do Anglo Irish Bank, com impacto no aumento do risco de dívida soberanas via aumento dos custos e acesso aos financiamentos bancários, impunha-se uma resposta rápida e determinada.

Assim, e na sequência do objectivo traçado em Julho, aquando da apresentação do Relatório de Orientação da Política Orçamental, de se atingir um défice orçamental de 7,3% do PIB este ano e de 4,6% em 2011, foi necessário antecipar a entrada em vigor de medidas preconizadas anteriormente e anunciar um conjunto de novas medidas, algumas com aplicação imediata.

Deste modo, foram consideradas medidas do lado da despesa e do lado da receita, cujo impacto se estima em 2,2% e 1,2% do PIB, respectivamente. Do lado da despesa, as medidas apresentadas incidirão principalmente na redução da despesa corrente primária - despesas com pessoal na Administração Pública, prestações sociais (incluindo saúde), consumo intermédio - e, em menor grau, no investimento e outras despesas de capital. Do lado da receita, as medidas propostas visam diminuir a despesa fiscal e aumentar a receita fiscal (principalmente através da passagem da taxa normal do IVA de 21% para 23%) e contributiva (com o aumento de 1p.p. na taxa contributiva dos subscritores para a Caixa Geral de Aposentações).

Quadro 1. Principais Medidas de Consolidação Orçamental

	Impacto % PIB
Redução da despesa	2,2
Redução das despesas de funcionamento do Estado	0,8
Redução das despesas com prestações sociais (Segurança Social e ADSE)	0,6
Redução das despesas no âmbito do Serviço Nacional de Saúde	0,3
Redução das transferências do Estado para outros sub-setores da Administração	0,2
Redução das despesas no âmbito do PIDDAC	0,2
Outras medidas de redução de despesa	0,1
Aumento da receita	1,2
Redução da despesa fiscal	0,4
Aumento da receita fiscal	0,6
Aumento da receita contributiva	0,2

Fonte: Relatório da Proposta do Orçamento do Estado para 2011, Outubro 2010, MFAP.

A redução do défice orçamental de 2,7 p.p. em percentagem do PIB, entre 2010 e 2011, será obtida através da diminuição da despesa pública em 3,5 p.p. do PIB, mais que compensando a diminuição prevista da receita total em 0,8 p.p. O saldo primário evoluirá igualmente no mesmo sentido, diminuindo 3,4 p.p., para se situar em -1,0% do PIB em 2011.

Quadro 2. Conta das Administrações Públicas, 2009-2011Óptica da contabilidade nacional
(% do PIB)

	2009	2010e	2011p
Receita total	38,9	41,6	40,8
Receita fiscal e contributiva	30,8	31,2	32,1
Despesa total	48,2	48,9	45,4
Despesa corrente primária	41,8	42,9	39,5
Despesa primária	45,4	46	41,8
Saldo global	-9,3	-7,3	-4,6
Saldo corrente primário	-3,6	-3,8	0,2
Saldo primário	-6,5	-4,4	-1,0
Saldo estrutural (a)	-8,3	-7,7	-3,6
Saldo primário estrutural (a)	-5,5	-4,8	0,0
Investimento (FBCF)	2,4	2,5	2,2
Dívida pública	76,1	82,1	86,6

Notas: (e) estimativa; (p) previsão; (a) saldo corrigido dos efeitos cíclicos e de operações extraordinárias.

Fonte: Relatório da Proposta do Orçamento do Estado para 2011, Outubro 2010, MFAP.

Prevê-se que o saldo estrutural, corrigido dos efeitos cíclicos e de medidas extraordinárias, nomeadamente da transferência dos planos de pensões para o Estado e de operações excepcionais de despesa de aquisição de material militar, apresente uma melhoria de 4,1 p.p. em termos do PIB, para -3.6% do PIB em 2011. Nesse ano, o saldo primário estrutural registará uma melhoria de 4,8 p.p., para um valor nulo.

As projecções macroeconómicas apresentadas têm em conta o aumento da incerteza quanto às perspectivas de continuação da retoma económica mundial e os custos de financiamento mais elevados. Deste modo, prevê-se para 2011 uma desaceleração da procura externa relevante para Portugal, uma subida das taxas de juro de curto prazo, um aumento ligeiro do preço do petróleo, a depreciação do euro face ao dólar e o aumento da taxa de inflação na área do euro.

Quadro 3. Enquadramento Internacional

	2010e	2011p
Taxa de juro a curto prazo (Euribor a 3meses, %)	0,8	1,1
Preço spot do petróleo Brent (dólares por barril)	76,2	78,8
Taxa de câmbio (USD/EUR)	1,3	1,2
Taxa de inflação na área do euro (IHPC, em %)	1,6	1,7
PIB na área do euro (taxa de variação em volume, %)	1,7	1,5
Procura externa revelante para Portugal (bens, taxa de variação, %)	6,0	3,2

Notas: (e) estimativa; (p) previsão.

Fonte: Relatório da Proposta do Orçamento do Estado para 2011, Outubro 2010, MFAP.

Assim, a actual proposta de Orçamento tem subjacente um cenário macroeconómico que prevê um crescimento da economia portuguesa de 1,3%, em 2010, abrandando para 0,2%, em 2011. O principal motor da economia em 2011 será as exportações, com um crescimento de 7,3.

Quadro 4. Indicadores Macroeconómicos

Taxa de variação homóloga (%)

	2009	2010e	2011p
PIB	-2,6	1,3	0,2
Procura Interna	-3,1	1,2	-2,5
Consumo privado	-1,0	2,0	-0,5
Consumo público	3,0	1,9	-8,8
Investimento (FBCF)	-11,9	-2,0	-2,7
Exportações	-11,8	8,6	7,3
Importações	-10,8	6,7	-1,7
Taxa de inflação (IPC)	-0,8	1,3	2,2
Taxa de desemprego	9,5	10,6	10,8
Emprego total	-2,8	-1,4	-0,4

Notas: (e) estimativa; (p) previsão; os valores para o PIB e respectivas componentes correspondem a variações em volume.

Fonte: Relatório da Proposta do Orçamento do Estado para 2011, Outubro 2010, MFAP.

A actividade económica em 2010 e 2011 terá reflexos no mercado de trabalho e na evolução interna dos preços. Assim, perspectiva-se uma taxa de desemprego de 10,8% em 2011 e um aumento dos preços no consumidor para 2,2% (1,3% em 2010).

Previsões Macroeconómicas do FMI

Outono de 2010

O FMI divulgou, no início de Outubro, novas projecções macroeconómicas para 2010 e 2011. Face às previsões de Primavera, o crescimento do PIB mundial foi revisto em alta para 2010, destacando-se a Alemanha e Japão dentro das economias avançadas e o Brasil para o conjunto dos países emergentes e em desenvolvimento.

Para 2011, as previsões do FMI apontam para um ligeiro abrandamento da economia mundial, embora continue a apresentar um forte crescimento, situando-se acima da taxa média registada entre 2000 e 2008 (4%). Estima-se que a generalidade das economias avançadas desacelere, mantendo um ritmo de crescimento moderado, num contexto de reequilíbrio das contas públicas, e que demore algum tempo para que seja possível reabsorver o elevado número de desempregados, cuja taxa prevista indicia manter-se ainda muito alta (8,2%). Relativamente ao grupo de países emergentes e em desenvolvimento, também se perspectiva uma desaceleração económica, embora a Ásia (com destaque para a China e Índia), a América Latina e a Comunidade de Estados Independentes continuem a ser as regiões que mais vão contribuir para o crescimento económico.

Quadro 1. PIB a Preços Constantes

	(variação anual, em %)			Desvios face à Primavera de 2010, em p.p.	
	2009	2010	2011	2010	2011
Economia Mundial	-0,6	4,8	4,2	0,6	-0,1
Economias Avançadas	-3,2	2,7	2,2	0,4	-0,2
EUA	-2,6	2,6	2,3	-0,5	-0,3
Japão	-5,2	2,8	1,5	0,9	-0,5
União Europeia	-4,1	1,7	1,7	0,7	-0,1
Reino Unido	-4,9	1,7	2,0	0,4	-0,5
Área do Euro	-4,1	1,7	1,5	0,7	0,0
Alemanha	-4,7	3,3	2,0	2,1	0,3
França	-2,5	1,6	1,6	0,1	-0,2
Itália	-5,0	1,0	1,0	0,2	-0,2
Espanha	-3,7	-0,3	0,7	0,1	-0,2
Portugal	-2,6	1,1	0,0	0,8	-0,7
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	2,5	7,1	6,4	0,8	-0,1
Rússia	-7,9	4,0	4,3	0,0	1,0
China	9,1	10,5	9,6	0,5	-0,3
Índia	5,7	9,7	8,4	0,9	0,0
Brasil	-0,2	7,5	4,1	2,0	0,0

Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, Outubro 2010.

A par de um ligeiro aumento do preço do petróleo em 2010 e 2011, as projecções do FMI indicam que a taxa de inflação para o conjunto das economias avançadas deve manter-se moderada e, diminuir, em 2011, para o grupo de países emergentes e em desenvolvimento.

Quadro 2. Taxa de Inflação e Preço das Matérias-Primas

	(variação anual, em %)			Desvios face à Primavera de 2010, em p.p.	
	2009	2010	2011	2010	2011
Economias Avançadas	0,1	1,4	1,3	-0,1	-0,1
EUA	-0,3	1,4	1,0	-0,7	-0,7
Japão	-1,4	-1,0	-0,3	0,4	0,2
União Europeia	0,9	1,9	1,8	0,4	0,3
Reino Unido	2,1	3,1	2,5	0,4	0,9
Área do Euro	0,3	1,6	1,5	0,5	0,2
Alemanha	0,2	1,3	1,4	0,4	0,4
França	0,1	1,6	1,6	0,4	0,1
Itália	0,8	1,6	1,7	0,2	0,0
Espanha	-0,2	1,5	1,1	0,3	0,1
Portugal	-0,9	0,9	1,2	0,1	0,1
Economias Emergentes e em Desenvolvimento	5,2	6,2	5,2	0,0	0,5
Rússia	11,7	6,6	7,4	-0,4	1,7
China	-0,7	3,5	2,7	0,4	0,3
Índia	10,9	13,2	6,7	0,0	1,2
Brasil	4,9	5,0	4,6	-0,1	0,0
<i>em memória:</i>					
Preço médio do petróleo Brent (USD/bbl)	61,8	76,2	78,8	-3,8	-4,3
Preço das matérias primas excl. prod. energ. (taxa de variação, em %)	-18,7	16,8	-2,0	2,9	-1,5

Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, Outubro 2010.

A melhoria da conjuntura internacional em 2010 foi o factor que mais contribuiu para o relançamento da economia da área do euro (AE), nomeadamente da Alemanha. De facto, as exportações da AE apresentaram uma recuperação significativa, devendo aumentar 10,5% em termos reais no ano em curso (-14,4% em 2009) e o investimento melhorou significativamente apesar de ainda estar previsto uma ligeira diminuição em 2010. O consumo privado inverteu a tendência de quebra registada em 2009, estando, no entanto, previsto um fraco aumento (+0,6% em 2010) associado, em parte, ao abrandamento do crescimento dos salários e à continuação da fraqueza do mercado de trabalho com o prosseguimento da quebra do emprego.

Para 2011, o FMI estima que na área do euro, as exportações registem uma desaceleração associada ao abrandamento da economia mundial, esperando-se, contudo, que o contributo das exportações líquidas para o crescimento do PIB se mantenha num valor positivo e que o investimento aumente, invertendo a evolução negativa registada entre 2008 e 2010.

Associado ao crescimento económico moderado, o mercado de trabalho deve deteriorar-se, estando previsto uma subida da taxa de desemprego para 10,1% para a AE, em termos médios, nos anos de 2010 e 2011. Neste domínio, convém destacar que, por países, e para 2011, o FMI prevê uma nova subida significativa da taxa de desemprego na Grécia e uma ligeira redução em Espanha, na Irlanda, na Eslováquia, na República Checa e no Chipre, países cuja taxa de desemprego teve um aumento significativo em 2010.

Quadro 3. Taxa de Desemprego

	(Em % da População Activa)			Desvios face à Primavera de 2010, em p.p.	
	2009	2010	2011	2010	2011
Economias Avançadas	8,0	8,3	8,2	-0,1	0,2
EUA	9,3	9,7	9,6	0,3	1,3
Japão	5,1	5,1	5,0	0,0	0,1
Área do Euro	9,4	10,1	10,0	-0,4	0,5
Alemanha	7,5	7,1	7,1	-1,5	-2,2
França	9,4	9,8	9,8	-0,2	-0,1
Itália	7,8	8,7	8,6	0,0	0,0
Espanha	18,0	19,9	19,3	0,5	0,6
Portugal	9,6	10,7	10,9	-0,3	0,6
Bélgica	7,7	8,7	8,5	-0,6	-0,9
Irlanda	11,8	13,5	13,0	0,0	0,0
Grécia	9,4	11,8	14,6	-0,2	1,6
Chipre	5,3	7,1	6,9	1,0	0,5
Malta	7,0	6,9	6,9	-0,4	-0,3
Luxemburgo	6,0	5,8	5,6	-0,4	-0,1
Países Baixos	3,5	4,2	4,4	-0,7	-0,3
Áustria	4,8	4,1	4,2	-1,3	-1,3
Eslovénia	6,0	7,8	8,1	0,4	1,3
Finlândia	8,3	8,8	8,7	-1,0	-0,9
Eslováquia	12,1	14,1	12,7	2,5	2,0
Alguns Países da União Europeia, dos quais:					
Reino Unido	7,5	7,9	7,4	-0,4	-0,5
Dinamarca	3,6	4,2	4,7	0,0	0,0
Suécia	8,3	8,2	8,2	0,0	0,5
Rep. Checa	6,7	8,3	8,0	-0,5	-0,5

Fonte: FMI, *World Economic Outlook*, Outubro 2010.

A implementação de medidas de relançamento das economias, originou, entretanto, uma deterioração significativa da situação das finanças públicas, estando previsto um défice em torno dos 6,5% do PIB, em média, na AE em 2010 (-6,3% do PIB, em 2009). No entanto, as perturbações relacionadas com as tensões no mercado da dívida soberana nalguns países da área do euro obrigaram à correcção antes do inicialmente previsto do elevado défice do sector público em vários países, esperando-se que o défice público da AE diminua para 5,1% do PIB, em 2011. Da mesma forma, a dívida pública em percentagem do PIB da AE deve continuar a aumentar para cerca de 86%, em média, nos anos de 2010 e 2011, tendo-se situado abaixo de 70% do PIB entre 2001 e 2008.

Actualmente, assiste-se a um aumento da incerteza relativamente à perspectiva da continuação da retoma económica mundial, salientando-se a existência de elevados riscos que apontam para um crescimento global menos acentuado. Esta situação pode provocar uma subida dos custos de financiamento, já de si muito fragilizado em diversos países, e conduzir a um agravamento das condições de financiamento dos empréstimos bancários destinados aos agentes económicos com repercussões no investimento e no consumo privado. Deste modo, o cenário de uma deterioração da situação dos mercados financeiros internacionais poderá pesar acentuadamente no crescimento económico mundial, devido aos efeitos de contágio internacionais canalizados pelos mecanismos de transmissão financeiros e comerciais.

Procedimento dos Défices Excessivos – 2.ª Notificação de 2010

De acordo com a segunda notificação de 2010 no âmbito do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE), publicada pelo Instituto Nacional de Estatística a 28 de Setembro de 2010, os valores do défice orçamental e da dívida pública das Administrações Públicas relativos a 2010 situam-se em 7,3% e 83,3% do PIB, respectivamente, denotando-se uma diminuição do valor do défice em 1 p.p. e uma diminuição do valor da dívida em 2,7 p.p., quando comparado com a última notificação (Quadro 1).

Quadro 1: Indicadores Orçamentais (PDE)

	2006	2007	2008	2009	2010p*
Saldo Global					
1. Notificação de Outubro de 2010	-4,1	-2,8	-2,9	-9,3	-7,3
2. Notificação de Março de 2010	-3,9	-2,6	-2,8	-9,4	-8,3
Diferença (1-2)	-0,2	-0,2	-0,1	0,1	1,0
Saldo Primário					
1. Notificação de Outubro de 2010	-1,4	0,0	0,0	-6,5	-4,1
2. Notificação de Março de 2010	-1,2	0,2	0,1	-6,6	-5,1
Diferença (1-2)	-0,2	-0,2	-0,1	0,1	1,0
Dívida Pública					
1. Notificação de Outubro de 2010	63,9	62,7	65,3	76,1	83,3
2. Notificação de Março de 2010	64,7	63,6	66,3	76,8	86,0
Diferença (1-2)	-0,8	-0,9	-1,0	-0,7	-2,7

Fonte: INE, Notificação do défice e da dívida das Administrações Públicas (Março de 2010 e Setembro de 2010).

As diferenças observadas face à notificação de Março prendem-se, essencialmente, com a actualização da base das Contas Nacionais Portuguesas (a anterior base 2000 foi substituída pela base 2006). A revisão da estimativa para 2010 resultou, em grande medida, das medidas de consolidação orçamental anunciadas em Maio de 2010 e que levaram à revisão dos objectivos orçamentais para 2010 e 2011.

Os resultados agora apresentados demonstram uma redução do défice e do défice primário para 2010 face a 2009, de 2,0. e 2,4 p.p. do PIB, respectivamente.

De acordo com a notificação de Setembro, a dívida pública atinge os 76,1% e 83,3% do PIB, em 2009 e 2010, respectivamente, revelando um aumento de 7,2 p.p. No entanto, no Relatório que acompanha a Proposta de Orçamento do Estado para 2011 este rácio foi revisto para 2010, devendo situar-se em 82.1% do PIB no final deste ano.

No conjunto da União Europeia (U.E.), registou-se, em 2009, uma deterioração da situação orçamental face a 2008, na generalidade dos países, com excepção de Malta e Estónia¹ (Quadro 2). Os maiores défices orçamentais em percentagem do PIB foram registados na Irlanda (-14,4%), Reino Unido (-11,4%), Espanha (-11,1%), Letónia (-10,2%) e Portugal (-9,3%). Embora os cinco países referidos anteriormente apresentem os valores mais elevados do défice orçamental, todos os restantes países que constituem a UE encontram-se igualmente numa situação deficitária (Quadro 3). Estes resultados são explicados pela contracção da actividade económica e pelas medidas de estabilização implementadas desde o final de 2008 quer no sistema financeiro quer no apoio às famílias e às empresas.

¹ Com base na informação disponibilizada pelo Eurostat a 22 de Outubro para todos os países da U.E., com excepção da Grécia que reportará os seus dados relativos ao défice e à dívida em Novembro.

Quadro 3: Saldo Orçamental e Dívida Pública na União Europeia

	Saldo Orçamental				Dívida Pública			
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009
Bélgica	0,2	-0,3	-1,3	-6,0	88,1	84,2	89,6	96,2
Alemanha	-1,6	0,3	0,1	-3,0	67,6	64,9	66,3	73,4
Irlanda	2,9	0,0	-7,3	-14,4	24,8	25,0	44,3	65,5
Grécia	:	:	:	:	:	:	:	:
Espanha	2,0	1,9	-4,2	-11,1	39,6	36,1	39,8	53,2
França	-2,3	-2,7	-3,3	-7,5	63,7	63,8	67,5	78,1
Itália	-3,4	-1,5	-2,7	-5,3	106,6	103,6	106,3	116,0
Chipre	-1,2	3,4	0,9	-6,0	64,6	58,3	48,3	58,0
Luxemburgo	1,4	3,7	3,0	-0,7	6,7	6,7	13,6	14,5
Malta	-2,7	-2,3	-4,8	-3,8	63,4	61,7	63,1	68,3
Países Baixos	0,5	0,2	0,6	-5,4	47,4	45,3	58,2	60,8
Áustria	-1,5	-0,4	-0,5	-3,5	62,1	59,3	62,5	67,5
Portugal	-4,1	-2,8	-2,9	-9,3	63,9	62,7	65,3	76,1
Eslovénia	-1,3	0,0	-1,7	-5,8	26,7	23,4	22,5	35,4
Finlândia	4,0	5,2	4,2	-2,5	39,7	35,2	34,1	43,8
Eslováquia	-3,2	-1,8	-2,1	-7,9	30,5	29,6	27,8	35,4
Bulgária	1,9	1,1	1,7	-4,7	21,6	17,2	13,7	14,7
República Checa	-2,6	-0,7	-2,7	-5,8	29,4	29,0	30,0	35,3
Dinamarca	5,2	4,8	3,4	-2,7	32,1	27,4	34,2	41,4
Estónia	2,4	2,5	-2,8	-1,7	4,4	3,7	4,6	7,2
Letónia	-0,5	-0,3	-4,2	-10,2	10,7	9,0	19,7	36,7
Lituânia	-0,4	-1,0	-3,3	-9,2	18,0	16,9	15,6	29,5
Hungria	-9,3	-5,0	-3,7	-4,4	65,7	66,1	72,3	78,4
Polónia	-3,6	-1,9	-3,7	-7,2	47,7	45,0	47,1	50,9
Roménia	-2,2	-2,6	-5,7	-8,6	12,4	12,6	13,4	23,9
Suécia	2,3	3,6	2,2	-0,9	45,0	40,0	38,2	41,9
Reino Unido ^(a)	-2,7	-2,7	-5,0	-11,4	43,4	44,5	52,1	68,2

Fonte: Eurostat, Euro-indicators, 22 de Outubro de 2010.

Nota: (a) Os valores para o Reino Unido referem-se ao ano fiscal (1 de Abril do ano X a 31 de Março do ano X+1).

Relativamente ao rácio da dívida pública, todos os países registaram aumentos, em 2009 face a 2008, tendo os mais significativos (acima de 10 p.p do PIB) sido observados na Irlanda, Reino Unido, Lituânia, Espanha, Eslovénia, Portugal, França e Roménia. Simultaneamente, verificou-se um aumento do número de Estados Membros cujo rácio da dívida se situa acima do valor de referência (60% do PIB), sendo 11 no final de 2009: Itália, Bélgica, Hungria, França, Portugal, Alemanha, Malta, Reino Unido, Áustria, Irlanda e Países Baixos.

A deterioração da situação orçamental reflecte-se na dívida pública, devido ao aumento das necessidades de financiamento e à aquisição líquida de activos financeiros, especialmente nos países com mais medidas de estabilização e também devido ao menor crescimento nominal do PIB nos países da União Europeia.

Artigos

Relacionamento Económico com Moçambique

Walter Anatole Marques¹

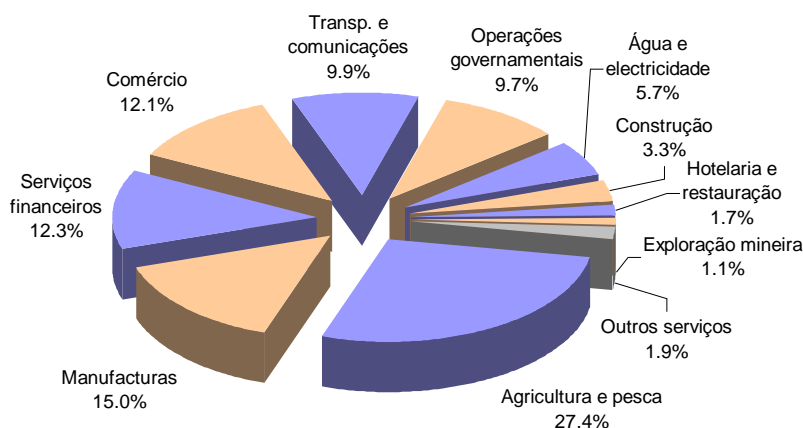
O ritmo de crescimento da economia moçambicana mantém-se francamente positivo, situando-se entre os mais elevados de África. Evidencia no entanto uma sucessiva desaceleração, de 8,7% em 2006, para 7,4% em 2007, 6,8% em 2008 e 6,4% em 2009. Portugal ocupou em 2009 a quinta posição entre os mercados fornecedores de Moçambique (3,8% do total das importações de Moçambique). Em 2009, enquanto as importações moçambicanas acusavam uma quebra de -6,1%, as exportações portuguesas para este mercado cresciam +31,0%. Dados divulgados para os primeiros oito meses de 2010 apontam para um aumento de +18,9%. O peso da exportação portuguesa de produtos de média-alta e de alta-tecnologia aumentou, nomeadamente no que diz respeito aos produtos de média-alta (32% em 2008 para 37,2% em 2009).

1. Introdução

O comportamento da economia moçambicana em 2009, ano de recessão mundial, no qual conseguiu manter um crescimento forte e a inflação sob controlo, surpreendeu os analistas. A limitada exposição do seu sistema bancário aos mercados financeiros internacionais, bem como a estabilidade dos donativos internacionais, a par de medidas implementadas pelas autoridades como o subsídio aos combustíveis, contribuíram também para o reforço da produção agrícola e contribuíram para reduzir o impacto directo da crise global.

O sector dominante na partição sectorial do produto interno bruto (PIB) é o da Agricultura e Pescas, com 27,4% em 2006 (Figura 1).

Figura 1. Produto Interno Bruto de Moçambique por Sectores, 2006



Fonte: Dados de base do *African Economic Outlook* (AfDB/OCDE).

O Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique tem aumentado consideravelmente nos últimos anos, tendo-se cifrado em 881 milhões de dólares em 2009, o que correspondeu a um acréscimo de 48,8% face ao ano anterior, na esteira de vigorosos acréscimos já verificados nos dois anos anteriores, +177,3% em 2007 e +38,6% em 2008 (Quadro 1).

¹ Assessor Principal (AP). O conteúdo deste trabalho é da exclusiva responsabilidade do autor.

Quadro 1. Investimento Directo Estrangeiro em Moçambique

(milhões de US\$ e percentagem)

	Média anual 1995-2005	2006	2007	2008	2009
10 ⁶ US\$	203	154	427	592	881
TVH	-	-	177.3	38.6	48.8

Fonte: Dados de base UNCTAD - FDI in Brief.

Portugal encontra-se entre os principais investidores estrangeiros em Moçambique. O “ranking” dos investidores tem sofrido flutuações ao longo dos últimos anos. A liderança de Portugal em 1998 e 1999, com cerca de 40% do total, resultou de fortes apostas no sector bancário e no turismo. Em 2006 era o 5.º investidor, para em 2007, ano em que os EUA ocuparam a primeira posição com um investimento isolado numa refinaria de combustíveis líquidos, descer à sétima posição, atrás da Suíça, Reino Unido, África do Sul, Tanzânia e China (que ocupava em 2008 o segundo lugar).

2. Comércio Externo de Moçambique

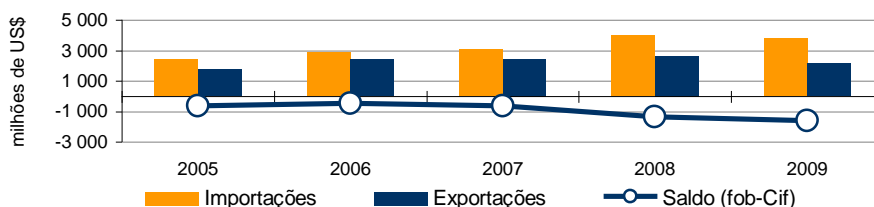
Os dados do comércio internacional disponíveis², relativos a 2009, reflectem o impacto negativo da crise financeira internacional. Após um crescimento de +31,4% em 2008, as importações moçambicanas decresceram -6,1% em 2009. Também as exportações registaram uma quebra de -19,1% nesse ano, após um aumento de +10% verificado em 2008 (Quadro 2 e Figura 2).

Quadro 2. Balança Comercial de Mercadorias de Moçambique

milhões de US\$ e percentagem

	2005	2006	2007	2008	2009
Importações	2 408	2 869	3 050	4 008	3 764
tvh	-	19.1	6.3	31.4	-6.1
Exportações	1 745	2 381	2 412	2 653	2 147
tvh	-	36.4	1.3	10.0	-19.1
Saldo (fob-Cif)	-663	-488	-638	-1 355	-1 617
tvh	-	-26.4	30.6	112.4	19.4
Cobertura (Fob/Cif)	72.5	83.0	79.1	66.2	57.0

Fonte: Dados de Base do ITC (International Trade Centre), a partir de estatísticas da Comtrade (ONU).

Figura 2. Balança Comercial de Mercadorias de Moçambique

Fonte: Dados de Base do ITC (International Trade Centre), a partir de estatísticas da Comtrade (ONU).

² Dados de base do ITC (International Trade Centre) a partir de estatísticas da Comtrade (Nações Unidas). Estes dados, em linha com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), diferem dos dados divulgados pelo Banco de Moçambique, designadamente no que se refere aos dados da importação, que se encontram comparativamente subavaliados.

2.1. Principais Produtos Importados por Moçambique

A taxa média de crescimento anual das importações moçambicanas entre 2005 e 2008 situou-se em +18,5%, para em 2009, registar uma descida homóloga de -6,1%. Com excepção dos produtos não especificados³, destacam-se as importações de produtos energéticos, designadamente refinados de petróleo e energia eléctrica, de veículos automóveis, quer para o transporte de mercadorias, de passageiros ou tractores, de máquinas e aparelhos mecânicos, de cereais, principalmente arroz e trigo, de máquinas e aparelhos eléctricos, de ferro fundido, ferro e aço e suas obras, entre outros produtos (Quadro 3).

Quadro 3. Principais Produtos Importados por Moçambique

NC	Descritivo	Estrutura (%)		Tx méd	TVH
		2005	2009	05-08	09/08
Total das Importações		100.0	100.0	18.5	-6.1
99	Confidenciais/enc postais; provisões bordo	26.2	12.4	2.2	-30.6
27	Produtos energéticos	6.8	15.5	70.8	-28.2
2710	Óleos de petróleo (nafta/white spirit/gasolina/jet/gasóleo/fuel/lubrif)	1.4	10.9	171.3	-36.8
2716	Energia eléctrica	3.3	3.4	15.2	4.2
87	Automóveis/tractores/ciclos/outr terrest; suas partes	9.8	12.0	20.5	9.4
8704	Veículos automóveis para transporte de mercadorias	4.2	4.8	18.3	7.1
8703	Automóveis de passageiros e mistos; automóveis de corrida	2.3	2.7	20.9	6.1
8701	Tractores, excepto p/transporte de mercadorias a curta distância	1.0	1.3	25.6	4.4
84	Máq. e aparelhos mecânicos; react nucl; caldeiras; suas partes	8.2	10.6	16.5	26.9
10	Cereais	7.2	7.3	12.3	12.8
1006	Arroz	4.5	4.0	1.8	33.0
1001	Trigo e mistura de trigo com centeio	2.2	2.6	25.9	-8.7
85	Máq. e aparelh eléctricos; gravadores som/imagem; suas partes	6.6	5.1	11.1	-12.3
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	2.3	2.8	16.9	19.5
72	Ferro fundido, ferro e aço	1.8	2.5	22.5	19.1
25	Sal, enxofre, terras e pedras; gesso, cal e cimento	1.5	2.3	18.1	47.2
2523	Cimentos hidráulicos (incluindo clinkers), mesmo corados	1.3	2.0	18.5	38.6
15	Gorduras e óleos animais e vegetais	1.4	2.1	47.5	-28.4
1511	Óleo de palma, mesmo refinado	0.9	1.4	47.6	-28.2
1507	Óleo de soja mesmo refinado	0.2	0.4	84.8	-55.4
39	Plástico e suas obras	1.5	2.1	30.0	-4.3
90	Aparelhos óptic/fotograf/medida/precisão/médic; suas partes	1.5	1.3	7.4	12.8
48	Papel, cartão e suas obras; obras de pasta de celulose	1.3	1.3	13.3	13.3
31	Aubos e fertilizantes	0.9	1.3	52.1	-34.6
30	Produtos farmacêuticos	1.5	1.2	19.7	-28.8
94	Mobiliário/colchões/almofad/candeeiros/pré-fabricados	1.0	1.1	16.7	14.2
49	Livros, jornais, gravuras, produtos das indústrias gráficas	2.2	1.1	-17.2	37.0
40	Borracha e suas obras	1.2	1.0	10.8	2.0
4011	Pneumáticos novos, de borracha	0.6	0.6	8.9	14.5
03	Peixe (congelado)	1.2	1.0	8.7	2.5
63	Outr artefact têxteis; calçado/chapéus usados	0.9	1.0	9.1	36.7
		<i>Amostra (%)</i>	<i>84.8</i>	<i>85.0</i>	

Fonte: Dados de Base do ITC (International Trade Centre), a partir de estatísticas da Comtrade (ONU).

2.2. Principais Produtos Exportados por Moçambique

As exportações de Moçambique, onde predominam o alumínio, a electricidade e o gás natural, terão crescido a uma taxa de +15% entre 2005 e 2008, para decrescerem em 2009, face ao ano anterior, -19,1%. De acordo com informação do Banco de Moçambique, no 1º semestre de 2010 as exportações terão aumentado +10,9% em termos homólogos.

Como se pode observar através do Quadro 4, as exportações de alumínio⁴, que de acordo com a fonte do *International Trade Centre* (ITC), representaram 58,6% do total em 2008, desaparecem desta rubrica em 2009. Informação complementar das autoridades moçambicanas aponta para uma exportação efectiva no 1º semestre da 2009 da ordem dos 370 milhões de dólares, sendo de admitir que estas exportações se encontram contabilizadas em 2009 na NC 99 (informação sujeita a confidencialidade), que apresenta neste ano um peso de 40,4% no total.

³ Capítulo 99 da Nomenclatura Combinada.

⁴ Nomenclatura combinada (NC) 76.

Quadro 4. Principais Produtos Exportados por Moçambique

NC	Descritivo	Estrutura (%)		Tx méd 05-08	TVH 09/08
		2005	2009		
Total das Exportações		100.0	100.0	15.0	-19.1
99	Confidenciais/enc postais; provisões bordo	0.0	40.4	2 818.9	336.1
27	Produtos energéticos	14.9	17.4	3.4	30.1
2716	<i>Energia eléctrica</i>	8.1	12.8	16.9	21.2
2711	<i>Gás de petróleo</i>	5.7	4.2	-64.5	1 907.8
24	Tabaco e seus sucedâneos	2.5	8.4	65.2	-7.4
84	Máquinas e aparelhos mecânicos e suas partes	1.7	3.7	22.3	47.8
03	Crustáceos, peixe e moluscos	5.0	3.0	-4.4	-13.5
17	Açúcar	2.2	2.9	-67.3	4 518.1
26	Minérios, escórias e cinzas	0.1	2.8	205.1	50.8
2614	<i>Minérios de titânio (ilmenite)</i>	0.0	2.0		52.1
2615	<i>Minérios de nióbio, tântalo, vanádio ou zircónio</i>	0.0	0.6	176.8	79.3
12	Sementes/frutos de oleaginosas	0.7	2.3	45.0	22.9
07	Prod hortícolas, raízes e tubérculos comestíveis	0.3	1.9	23.6	277.7
0713	<i>Legumes de vagem, secos, em grão</i>	0.3	1.8	18.5	352.0
08	Frutas, cascas de citrinos e melões	1.4	1.8	16.1	3.0
0801	<i>Cocos e castanha de cajú</i>	1.3	1.4	9.4	-4.1
44	Madeira e suas obras	1.9	1.8	6.4	-2.0
4407	<i>Madeira serrada/cortada/desenrolada</i>	0.3	1.3	73.1	10.7
89	Embarcações e estruturas flutuantes	0.0	1.8	483.0	119.2
87	Automóv/tractores/ciclos/outr terrest; partes/acess	0.8	1.3	2.8	81.0
49	Livros, jornais, gravuras, prod indúst gráficas	1.1	1.3	-19.6	180.4
52	Algodão	3.2	1.2	-2.7	-48.7
23	Resíduos ind aliment; alimentos p/animais	0.2	1.0	36.4	105.1
2302	<i>Sêneas, farelos e outros resíduos de moagem</i>	0.2	0.9	49.3	118.7
88	Aeronaves/outr aparelhos aéreos e suas partes	0.5	0.9	-10.9	224.0
11	Prod ind moagem, amidos, féculas, glúten de trigo	0.1	0.8	-8.9	854.6
1101	<i>Farinhas de trigo ou de mistura de trigo/centeio</i>	0.1	0.8	-7.4	883.4
72	Ferro fundido, ferro e aço	0.6	0.6	24.1	-38.7
7204	<i>Desperdícios e sucata de ferro ou aço</i>	0.6	0.5	21.6	-42.5
90	Aparelh óptic/fotog/medida/precisão/médic;s/partes	0.1	0.5	27.5	208.3
76	Alumínio e suas obras	58.6	0.0	12.4	-100.0
Amostra (%)		95.9	95.8		

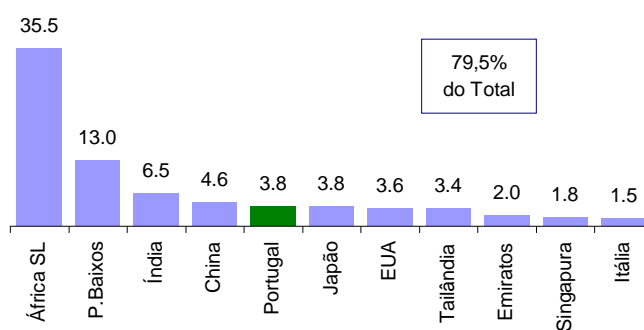
Fonte: Dados de Base do ITC (International Trade Centre), a partir de estatísticas da Comtrade (ONU).

As exportações de produtos energéticos, principalmente energia eléctrica e também gás natural, representaram 17,4% das exportações totais em 2009. Seguiu-se o tabaco (8,4%), as máquinas e aparelhos mecânicos (3,7%)⁵, os crustáceos (3,0%), o açúcar (2,9%), os minérios, principalmente de titânio (ilmenite) (2,8%), as oleaginosas (2,3%), os produtos hortícolas, essencialmente legumes de vagem secos (1,9%), as frutas, com destaque para a castanha de cajú, (1,8%) e a madeira (1,8%), entre outros.

3. Principais Mercados de Origem e de Destino das Mercadorias Moçambicanas

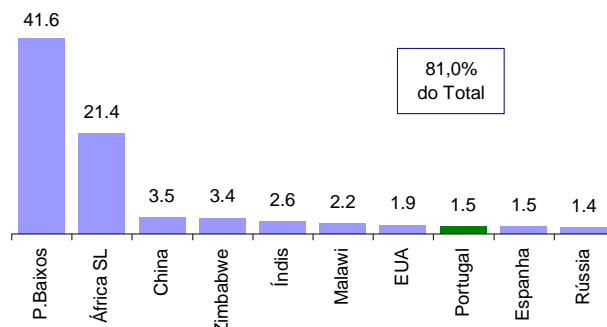
Segundo estatísticas do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, Portugal ocupou em 2009 a quinta posição entre os mercados fornecedores de Moçambique, com 3,8% do total, a seguir à África do Sul (35,5%), Países Baixos (13%), Índia (6,5%) e da China (4,6%) (Figura 3).

⁵ Eventualmente estarão aqui também incluídas máquinas (e suas partes e peças) que tinham entrado em Moçambique no âmbito de empreendimentos pontuais, principalmente a cargo de empresas da África do Sul.

Figura 3. Principais Mercados de Origem das Importações Moçambicanas, 2009

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Moçambique

Entre os mercados de destino das exportações de Moçambique, Portugal ocupou no mesmo ano a oitava posição (1,5% do total), a par da Espanha, depois dos Países Baixos (41,6%), África do Sul (21,4%), China (3,5%), Zimbábue (3,4%), Índia (2,6%), Malawi (2,2%) e EUA (1,9%) (Figura 4).

Figura 4. Principais Mercados de Destino das Exportações Moçambicanas, 2009

Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Moçambique

4. Quota de Mercado de Portugal em Moçambique

No Quadro 5 encontra-se representada a estrutura das importações moçambicanas com origem em Portugal nos últimos três anos, as quotas de Portugal nas importações moçambicanas por Capítulos da Nomenclatura Combinada (NC-2) mais relevantes e suas principais desagregações a 4 dígitos (NC-4), bem como o seu peso relativo nas exportações portuguesas, de acordo com estatísticas de base de fonte ITC⁶.

⁶ Os dados das importações de Moçambique originárias de Portugal, de fonte ITC, diferem por vezes de forma significativa dos dados estatísticos portugueses das exportações com este destino, razão por que as quotas de mercado indicadas no quadro devem ser encaradas apenas como indicativas.

Quadro 5. Principais Importações de Moçambique com Origem em Portugal

(ordenadas por ordem decrescente de produtos NC-2 em 2009)

NC-2 e NC-4	Descritivo	Moçambique importa de Portugal (%)			Quota de Portugal em Moçambique (%)			Peso na Exportação portuguesa (%)		
		2007	2008	2009	07	08	09	07	08	09
	TOTAL	100.0	100.0	100.0	3.4	2.9	3.8	0.2	0.2	0.3
84	Máquinas e aparelhos mecânicos	14.8	11.1	19.1	6.1	4.1	6.8	0.4	0.3	0.8
	<i>dos quais:</i>									
8471	Máq automáticas processamento dados e unidades	0.4	1.0	2.2	2.4	4.6	12.4	0.5	1.3	1.7
8429	Bulldozers, niveladoras, pás mecân, cilindros	1.1	0.2	2.0	5.1	0.8	6.5	1.0	0.2	3.5
8479	Aparelhos mecânicos c/função própria n.e.	0.2	0.4	1.4	2.6	7.3	12.3	0.2	0.4	2.3
8474	Máq trabalhar terras/pedra/minérios/ciment/etc	1.3	0.1	1.3	14.3	1.6	11.2	1.4	0.1	1.6
8443	Máquinas de impressão	0.4	0.1	1.1	11.6	2.3	37.4	0.7	0.1	1.9
8438	Outras máq p/alimentos ou bebidas, excl. óleos	0.4	0.4	1.0	5.4	2.1	3.1	1.9	1.7	4.6
8432	Máquinas uso agrícola/florestal/rolos para relvados	0.1	0.4	0.9	7.8	10.0	18.5	0.7	1.6	5.1
8473	Partes máq escrever/calcular/process dados/escritório	1.2	0.9	0.7	7.4	6.8	5.5	0.3	0.4	2.9
8436	Outras máq. agrícolas, germinadores e chocadeiras	0.1	0.8	0.7	7.3	38.2	42.5	2.8	13.7	29.2
8413	Bombas p/líquidos; elevadores de líquidos	0.3	0.4	0.5	2.5	2.9	4.7	0.6	0.6	1.3
8427	Empilhadores; veículos elevatórios de carga	0.0	0.2	0.5	1.3	3.0	12.7	0.4	1.2	4.0
8481	Torneiras e válvulas	0.7	0.6	0.5	9.0	7.7	7.3	0.2	0.2	0.2
8465	Máq-ferramentas p/ madeira/borracha/plástico/etc	0.2	0.2	0.5	23.6	10.7	20.7	1.2	1.3	5.8
8426	Guindastes; pontes rolantes; pórticos de descarga	0.2	0.0	0.4	3.5	0.5	12.8	0.1	0.0	1.4
8418	Refrigeradores/congelad./máq de frio; bombas de calor	0.8	0.4	0.4	9.7	5.4	5.6	0.4	0.2	0.3
85	Máquinas e aparelhos eléctricos	17.6	17.4	15.0	10.2	9.2	11.1	0.3	0.3	0.6
	<i>dos quais:</i>									
8544	Fios/cabos/fibra óptica/conduz electr, isolados	5.1	5.6	4.1	17.6	16.4	21.9	0.6	0.7	1.0
8517	Aparelhos telefonia/telegrafia/telecom., por fios	3.3	2.8	2.2	16.0	7.0	8.2	3.0	2.5	2.4
8536	Interrupt/seccionadores/aparelh protecção, até 1 KV	1.5	2.6	2.1	12.5	15.7	22.4	0.4	0.8	0.9
8504	Transformadores/conversores electr, bobinas	1.6	1.9	1.9	11.2	12.5	11.3	1.5	1.3	1.2
8537	Quadros electr/cabinas/armários distrib. energia	0.2	0.3	1.2	7.3	8.1	18.5	0.3	0.3	1.0
8525	Emissores rádio/telegrafia/TV/câmaras TV	0.4	0.4	0.5	2.2	3.8	16.0	0.3	0.4	0.8
8539	Lâmpadas e tubos electr, incl faróis e projectores	0.2	0.1	0.5	3.6	5.3	22.5	1.0	0.9	4.8
49	Livros, jornais, gravuras e prod. indúst gráficas	11.0	9.3	11.4	38.8	35.7	38.9	10.0	8.5	16.0
	<i>dos quais:</i>									
4901	Livros/brochuras/impressos e semelhantes	10.6	8.9	10.9	50.5	41.1	48.3	18.4	14.6	31.2
4902	Jornais e publicações periódicas, impressos	0.4	0.3	0.4	40.1	32.6	33.4	4.8	4.8	7.5
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	4.8	5.2	5.8	5.4	6.9	7.9	0.4	0.4	0.6
	<i>dos quais:</i>									
7308	Construções em ferro ou aço e suas partes	2.5	1.9	3.2	11.5	5.7	12.7	0.8	0.5	1.4
7311	Recipientes ferro/aço p/ gases comprim./liquefeitos	0.5	1.3	0.9	54.6	71.6	69.8	0.7	1.3	1.2
39	Plástico e suas obras	3.0	3.9	3.8	6.0	5.6	7.0	0.2	0.2	0.3
	<i>dos quais:</i>									
3917	Tubos/juntas/cotovelos/flanges/uniões, de plástico	0.6	1.2	1.4	6.0	9.8	9.3	0.4	0.8	1.7
3905	Polímeros acetato/éster/vinilo, em formas primárias	0.3	0.5	0.4	77.1	64.8	69.5	9.4	11.5	14.1
3924	Serviços mesa/artº de higiene/tocador, de plástico	0.3	0.5	0.4	9.4	11.9	11.4	0.3	0.5	0.5
3923	Embalagens/rolhas/cápsulas/tampas, de plástico	0.6	0.3	0.4	8.5	3.1	4.9	0.5	0.2	0.4
94	Mobiliário, colchões, almofad, candeeiros	3.3	4.2	3.4	12.2	13.0	11.5	0.2	0.3	0.4
	<i>dos quais:</i>									
9403	Mobiliário excluindo médico e cadeiras orientáveis	2.1	2.4	2.1	15.9	15.7	14.6	0.5	0.6	0.7
9401	Assentos mesmo transformáveis em cama e suas partes	0.6	0.9	0.6	17.0	17.2	16.5	0.1	0.1	0.1
9405	Candeeiros/outr aparelh iluminação, anúncios luminosos	0.3	0.5	0.4	14.2	16.1	15.3	0.3	0.6	0.8
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	3.3	4.0	3.3	28.2	29.0	26.7	0.3	0.4	0.4
	<i>dos quais:</i>									
2204	Vinhos de uvas frescas	2.5	3.3	2.5	78.2	77.0	63.7	0.3	0.4	0.5
2201	Águas naturais/minerais/artif/gaseific s/açúcar/edulcor.	0.2	0.4	0.4	23.9	36.1	55.6	1.1	1.8	2.4

Fonte: Dados de Base do ITC (International Trade Centre), a partir de estatísticas da Comtrade (ONU).

5. Comércio Internacional de Portugal com Moçambique

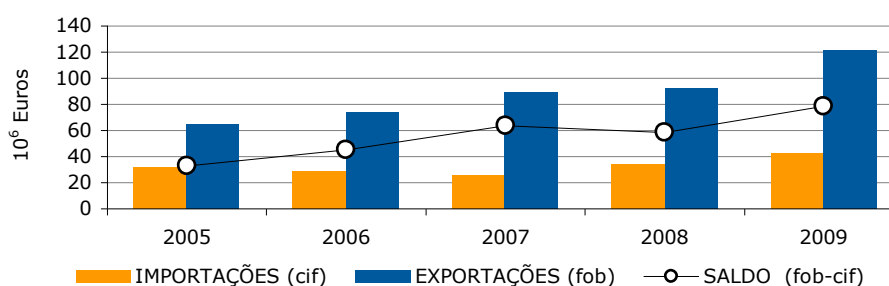
De acordo com estatísticas portuguesas, a balança comercial de Portugal com Moçambique é francamente favorável a Portugal, com um elevado grau de cobertura das importações pelas exportações. Em 2009, enquanto as importações moçambicanas acusavam uma quebra de -6,1%, as exportações portuguesas para este mercado cresciam +31,0% (+22,6% segundo as estatísticas ITC). Dados divulgados para os primeiros oito meses de 2010 apontam para um aumento de +18,9%. Por sua vez as importações de produtos moçambicanos, que em 2009 haviam registado um aumento de +27,0%, evoluíram negativamente no período de Janeiro a Agosto de 2010, decrescendo 8,9% (Quadro e Figura 6).

**Quadro 6. Balança Comercial Portugal – Moçambique
2005-2009 e Jan-Ago 2009-2010**

	2005	2006	2007	2008	2009	Janeiro-Agosto	
						2009	2010
IMPORTAÇÕES (cif)	31 657	28 685	25 641	33 687	42 800	15 969	14 542
TVH	21.4	-9.4	-10.6	31.4	27.0	-	-8.9
EXPORTAÇÕES (fob)	64 685	73 720	89 408	92 358	121 031	78 898	93 778
TVH	17.8	14.0	21.3	3.3	31.0	-	18.9
SALDO (fob-cif)	33 027	45 035	63 767	58 671	78 231	62 929	79 236
TVH	14.5	36.4	41.6	-8.0	33.3	-	25.9
COBERTURA (fob/cif)	204.3	257.0	348.7	274.2	282.8	494.1	644.9

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE, nova série.

**Figura 5. Balança Comercial Portugal – Moçambique
2005-2009 e Jan-Ago 2009-2010**



Fonte: GEE a partir de dados de base do INE, nova série.

5.1. Principais Produtos Moçambicanos Importados por Portugal

Nos dois últimos anos, mais de 96% das importações portuguesas originárias de Moçambique reportam-se ao grupo de produtos “Agro-alimentares”, principalmente açúcar e peixe e crustáceos, essencialmente crustáceos, grupo que registou um acréscimo de +28,0% (Quadro 7). Segue-se o grupo dos “Têxteis, vestuário e calçado” com cerca de 2,0% do total, principalmente fibras têxteis, que registou um crescimento de +10,8% entre os dois anos.

Quadro 7. Importações Portuguesas de Produtos Moçambicanos

Produtos	1000 Euros		TVH	Estrut (%)	
	2008	2009		2008	2009
Total	33 687	42 800	27.0	100.0	100.0
Agro-alimentares	32 362	41 432	28.0	96.1	96.8
Açúcar	23 165	30 821	33.0	68.8	72.0
Peixe e Crustáceos	8 915	10 435	17.1	26.5	24.4
Frutas e Hortícolas	266	125	-53.1	0.8	0.3
Outros Agro-Alimentares	6	42	550.5	0.0	0.1
Têxteis, vestuário e calçado	792	877	10.8	2.4	2.0
Fibras	725	781	7.8	2.2	1.8
Tecidos e Outras Obras	19	71	283.2	0.1	0.2
Vestuário e Calçado	41	25	-39.3	0.1	0.1
Peles e madeira	224	163	-27.1	0.7	0.4
Peles e Couros	69	110	59.2	0.2	0.3
Madeira	154	52	-66.3	0.5	0.1
Outros produtos	309	328	6.1	0.9	0.8

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE, nova série.

5.2. Principais Produtos Portugueses Exportados para Moçambique

Em 2009, cerca de 30% das exportações portuguesas para Moçambique incidiram no grupo das “Máquinas”, que registaram um crescimento de +42,2% face ao ano anterior, explicado por aumentos substanciais nas máquinas e aparelhos mecânicos (+83,7%) e nos aparelhos de som e imagem (+30,9%).

Seguiram-se os grupos de produtos “Agro-alimentares” com um peso de 14,7% na estrutura em 2009 e um aumento de +17,6% em relação ao ano anterior, assinalando-se aqui uma quebra na exportação de vinhos de -3,1%, dos produtos “Químicos” (13,4% do total em 2009 e crescimento de +23,2%), sendo aqui de referir uma quebra de -21,2% nas exportações de produtos farmacêuticos e da “Madeira, cortiça e papel” (10,9% e +15,2%), essencialmente papel e publicações.

O conjunto dos restantes produtos (31,8% do total em 2009) registou um crescimento de +38,7%, sendo de referir uma redução de -11,7 % nos “Minérios e metais”, centrada nas obras de metais (Quadro 8).

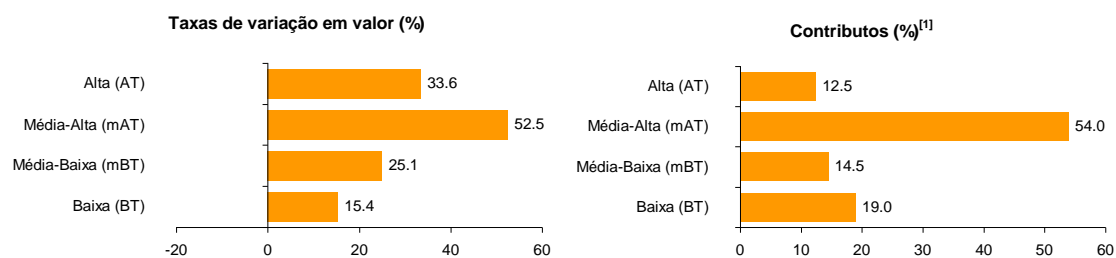
Quadro 8. Exportações de Produtos Portugueses para Moçambique

Produtos	1000 Euros		TVH	Estrut (%)	
	2008	2009		2008	2009
Total	92 358	121 031	31.0	100.0	100.0
Máquinas	24 813	35 294	42.2	26.9	29.2
Máquinas e Aparelh Mecânicos	8 797	16 162	83.7	9.5	13.4
Aparelhos de Som e Imagem	3 432	4 493	30.9	3.7	3.7
Outros Aparelhos Eléctricos	11 067	12 392	12.0	12.0	10.2
Agro-alimentares	15 180	17 850	17.6	16.4	14.7
Vinhos	4 005	3 882	-3.1	4.3	3.2
Conservas de Peixe	1 951	2 706	38.7	2.1	2.2
Outros Agro-Alimentares	9 224	11 262	22.1	10.0	9.3
Químicos	13 141	16 188	23.2	14.2	13.4
Petroquímicos	3 967	5 906	48.9	4.3	4.9
Farmacêuticos	3 556	2 803	-21.2	3.9	2.3
Outros Químicos	5 616	7 480	33.2	6.1	6.2
Madeira, cortiça e papel	11 460	13 199	15.2	12.4	10.9
Papel e Publicações	10 396	12 463	19.9	11.3	10.3
Outros produtos	27 764	38 500	38.7	30.1	31.8
Produtos acabados diversos	9 563	13 465	40.8	10.4	11.1
- Cerâmica e Vidro	2 457	3 695	50.4	2.7	3.1
- Outros Prod. Acabados	6 919	9 574	38.4	7.5	7.9
Minérios e metais	10 207	9 012	-11.7	11.1	7.4
- Obras de Metais	7 870	6 996	-11.1	8.5	5.8
Veículos Automóveis	2 200	5 459	148.1	2.4	4.5
Outro Material de Transporte	149	4 074	2638.9	0.2	3.4
Vestuário e calçado	2 650	2 650	0.0	2.9	2.2
Energéticos	1 419	2 062	45.3	1.5	1.7
Peles, couros e têxteis	1 576	1 778	12.8	1.7	1.5

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE.

As exportações de produtos industriais transformados portugueses para Moçambique representaram em 2009 cerca de 98% das exportações totais com este destino, sendo mais de 1/3 constituídas por produtos de média-alta tecnologia, que cresceram +52,5% face ao ano anterior, contribuindo com 54% para o aumento das exportações totais (Figura 6).

Figura 6. Taxas de Crescimento das Exportações de Produtos Industriais Transformados por Grau de Intensidade Tecnológica em 2009 e Contributo das Componentes para o Crescimento das Exportações Totais^[1]

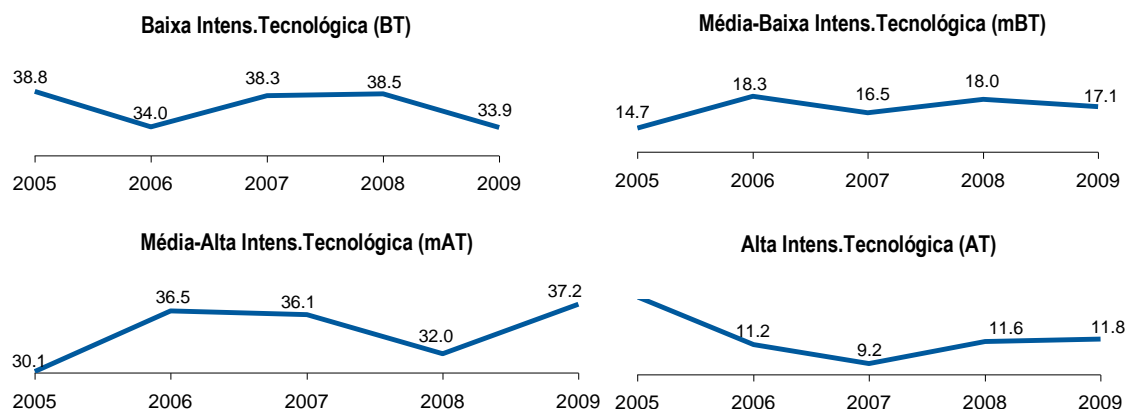


[1] Contributos para a taxa de crescimento das importações de produtos industriais transformados em pontos percentuais, análise "shift-share": $TVH \times (\text{peso no período homólogo anterior}) / 100$. Por memória, os contributos estão calculados em relação às exportações totais.

Fonte: GEE a partir de dados de base do INE, nova série.

O peso da exportação de produtos de baixa e média-baixa tecnologia para Moçambique, em particular os de baixa, caíram em 2009 face a 2008. Em contrapartida, aumentou o peso dos produtos de média-alta e de alta-tecnologia, nomeadamente os de média-alta (Figura 7).

Figura 7. Evolução da Estrutura das Exportações por Grau de Intensidade Tecnológica
(em percentagem do total dos produtos industriais transformados)



Fonte: GEE a partir de dados de base do INE, nova série.

Iniciativas e Medidas Legislativas

1. Iniciativas

Iniciativa	Sumário
<p>Reunião Conselho ECOFIN</p> <p>19 de Outubro de 2010</p>	<p>Do debate ocorrido no Conselho ECOFIN de 19 de Outubro de 2010 destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proposta de directiva do Conselho relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos: o Conselho alcançou um acordo sobre esta proposta de directiva, que visa estabelecer a regulamentação aplicável aos gestores de fundos de investimento alternativos, com o objectivo de concluir as negociações com o Parlamento Europeu. • Proposta de decisão de execução do Conselho que autoriza a Alemanha, a Itália e a Áustria a introduzir uma medida especial derogatória do artigo 193.º da Directiva 2006/112/CE e que altera a Decisão 2007/250/CE para alargar o período de validade da autorização concedida ao Reino Unido: o Conselho chegou a um acordo político sobre o texto de compromisso apresentado pela Presidência, que visa (i) autorizar a Alemanha, a Itália e a Áustria a introduzirem uma derrogação às normas da Directiva IVA (2006/112/CE), podendo considerar os adquirentes de telemóveis e circuitos electrónicos integrados como os responsáveis pela entrega do IVA devido pelas compras efectuadas (o que configura uma situação de inversão do sujeito passivo, ou “reverse charge”, utilizada no combate à fraude ao IVA), e (ii) alargar o período de validade da autorização que havia sido já concedida ao Reino Unido e que expira em Abril de 2011. As derrogações dos quatro estados-membros abrangidos pela proposta de decisão são válidas até 31 de Dezembro de 2014. • Implementação do Pacto de Estabilidade e Crescimento: o Conselho concordou com a análise da Comissão Europeia, que avalia as medidas tomadas pela Lituânia e pela Roménia em resposta às recomendações emitidas em Fevereiro de 2010, concluindo que estes dois países estão a fazer progressos satisfatórios para a correcção da situação de défice excessivo dentro do prazo fixado pelo Conselho, ou seja, até 2012. • Preparação da reunião ministerial do G20 de 22 e 23 de Outubro: o Conselho aprovou os Termos de Referência da UE para a reunião ministerial do G20 em Gyeongju (Coreia do Sul). As questões a debater nessa reunião incluem a reforma do sistema financeiro internacional, o Quadro Global para um Crescimento Forte, Equilibrado e Sustentável, a revisão do sistema de quotas do FMI e a reforma da governação desta instituição. • Ensino superior: o Conselho tomou nota do relatório conjunto do CPE e da Comissão Europeia relativo à análise da despesa pública com o ensino superior, concluindo que a melhoria da eficácia e eficiência da despesa neste ensino exige políticas adequadas também nos níveis mais baixos de educação e que é tanto mais eficiente quanto maior a autonomia e flexibilidade das instituições. Quanto ao financiamento do ensino superior, verifica-se que a percentagem de financiamento público varia na UE, sendo que o equilíbrio entre os benefícios pessoais e sociais de deter um grau académico poderá ser a base para determinar a subsidiação neste sector. Se, no entanto, esta contribuição resultar num custo elevado, deverá ser criado um sistema de bolsas e/ou empréstimos para garantir o acesso aos alunos mais desfavorecidos. O Conselho reforçou ainda o compromisso de aumentar a parcela da população que conclui o ensino superior, à luz da estratégia Europa 2020, a ligação entre o mercado de trabalho e as políticas de educação e a importância de aumentar a eficiência e eficácia da despesa pública no ensino superior. • Relatório do CPE sobre os quadros orçamentais – análise de boas

Iniciativa	Sumário
	<p>práticas: o Conselho adoptou conclusões no sentido de se estabelecer uma avaliação periódica dos quadros orçamentais dos estados-membros, em conformidade com as conclusões do Ecofin de 18 de Maio, na sequência da apresentação de um relatório relativo aos quadros orçamentais dos Países Baixos, Suécia e Áustria.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Preparação do Conselho Europeu - quotizações e impostos sobre as instituições financeiras: os Ministros aprovaram um relatório neste domínio, dando cumprimento à solicitação do Conselho Europeu de Junho. Neste relatório é dada continuidade à análise destas contribuições, de forma a proporcionar ao Conselho Europeu uma base de discussão sobre as diferentes alternativas em causa e os passos a tomar.
<p>Reunião Informar do Conselho ECOFIN</p> <p>30 de Setembro e 1 de Outubro de 2010</p>	<p>Do debate ocorrido na reunião informal do Conselho ECOFIN, que teve lugar em Bruxelas, nos dias 30 de Setembro e 1 de Outubro, destacam-se os seguintes pontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Governança económica: os Ministros tomaram nota das seis novas propostas legislativas da Comissão Europeia para melhorar a governança económica da UE, apresentadas no contexto dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos no sentido de reforçar a coordenação das políticas económicas, com especial enfoque para a necessidade de corrigir os desequilíbrios orçamentais e macroeconómicos. ▪ Europa 2020: os Ministros reiteraram a importância da implementação da Estratégia Europa 2020, a qual irá fornecer o enquadramento adequado para as políticas económicas e estruturais da UE nos próximos dez anos, tendo debatido a possibilidade de acelerar reformas estruturais orientadas para aumentar desde já a produtividade e o emprego. ▪ Situação económica: os Ministros e os Governadores dos Bancos Centrais consideraram que, apesar das várias medidas de estímulo implementadas em resposta à crise, a recuperação económica é ainda incerta na Europa e nos EUA. Transmitindo uma mensagem de prudência e recomendando particular cuidado e monitorização, referiram como elemento positivo, o contributo da procura interna para o desempenho económico recente. As novas medidas orçamentais apresentadas por Portugal e os compromissos da Irlanda relativamente ao seu processo de consolidação orçamental foram bem recebidos, tendo os Ministros considerado que irão contribuir para restaurar a credibilidade das contas públicas destes estados-membros. ▪ Riscos para os mercados financeiros: os Ministros reconheceram a necessidade de continuar a aumentar a confiança e transparência no sector bancário através da realização regular de <i>stress tests</i> e respectiva publicação. ▪ Novo quadro regulamentar e de supervisão das agências de notação de risco: os Ministros procederam a uma troca de pontos de vista com representantes das agências de notação sobre a proposta da Comissão de alteração do Regulamento em vigor, que transfere os poderes de supervisão para a Autoridade Europeia dos Valores Mobiliários e dos Mercados (ESMA). Discutiram ainda a necessidade de prosseguir, brevemente, o esforço de revisão do quadro regulamentar que abordará os seguintes temas: dependência dos mercados face aos <i>ratings</i>, a prociclicidade dos <i>ratings</i> e os conflitos de interesse que decorrem do actual processo de atribuição de <i>rating</i>. ▪ Regulação financeira: foram apresentados os progressos relativos às reformas financeiras em curso nos EUA e nos restantes membros do G20, tendo os Ministros sublinhado a necessidade de convergência das diferentes jurisdições nestas matérias, de forma a alcançar maior estabilidade e evitar distorções concorrenciais. Em relação ao recente acordo “Basileia III” houve consenso sobre a necessidade de calibrar adequadamente a respectiva fase de

Iniciativa	Sumário
	<p>transição.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Contribuição do sector financeiro (quotizações e impostos): os Ministros chegaram a acordo relativamente a alguns aspectos em matéria de quotizações (<i>levies</i>), nomeadamente a necessidade de evitar distorções concorrenciais e dupla tributação, assegurar que o fluxo de crédito não é afectado e garantir uma redução de riscos. Quanto ao imposto, as opiniões dividiram-se sobre a possibilidade de implementação prática de um imposto sobre transacções financeiras. A principal preocupação prende-se com o risco de deslocalização das transacções para fora da Europa caso a solução europeia não seja adoptada globalmente.
Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC)	Foi aprovado em Conselho de Ministros de 8 de Outubro, um conjunto de medidas de consolidação orçamental adicionais às previstas no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) para 2010-2013 no sentido de assegurar o equilíbrio das contas públicas.
Reprivatização da EDP e do BPN	O Conselho de Ministros de 8 de Outubro fixou as condições da 8. ^a fase do processo de reprivatização da EDP Energias de Portugal, S.A. e prorrogou o prazo para a apresentação das propostas no âmbito do concurso público de reprivatização do BPN Banco Português de Negócios, S.A..
Estratégia Nacional da Energia 2020	<p>O Conselho de Ministros de 14 de Outubro aprovou um Decreto-Lei que cria a tarifa social de fornecimento de energia eléctrica destinada a clientes finais em situação de carência socioeconómica. Esta iniciativa insere-se no quadro de medidas de protecção aos consumidores economicamente vulneráveis.</p> <p>Aprovou também o regime de introdução de energia produzida em centrais solares foto-voltaicas na Rede Eléctrica de Serviço Público. Este direito será concedido mediante procedimento concursal e com possibilidade de recurso a leilão electrónico.</p> <p>O Conselho de Ministros de 21 de Outubro aprovou as metas para a produção de energia com base em fontes renováveis, medidas de incentivo à produção de biomassa, o enquadramento legal relativo à aquisição ou locação de veículos de transporte rodoviário não poluentes e energeticamente eficientes por entidades públicas e ainda os requisitos de concepção ecológica dos produtos relacionados com o consumo de energia.</p>
Agenda Digital 2015	O Conselho de Ministros de 23 de Setembro aprovou a Agenda Digital 2015, no âmbito do Plano Tecnológico. Tem cinco áreas de intervenção prioritárias: Redes de Nova Geração, Melhor Governança, Educação de Excelência, Saúde de Proximidade e Mobilidade Inteligente. A sua gestão será assegurada pela Rede de Coordenação Nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico (CNELPT).
Arbitragem em matéria tributária	O Conselho de Ministros de 23 de Setembro introduziu no ordenamento jurídico português a arbitragem em matéria tributária. A arbitragem em matéria tributária é uma alternativa de resolução jurisdicional de conflitos entre contribuintes e Estado em matéria fiscal.
Aproveitamentos hidroeléctricos	O Conselho de Ministros de 23 de Setembro aprovou o regime dos pequenos aproveitamentos hidroeléctricos destinados à captação de água para a produção de energia, no quadro da Estratégia Nacional para a Energia 2020.
Empresa na Hora	A partir do dia 20 de Outubro as Conservatórias do Registo Predial e Comercial de Porto Mós, Santa Comba Dão e Santa Maria da Feira disponibilizam o serviço Empresa na Hora, no âmbito da racionalização de recursos das conservatórias, sem prejuízo da contínua extensão de novos serviços.
Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique	O Governo Português criou o Fundo Português de Apoio ao Investimento em Moçambique a 18 de Outubro. Esta iniciativa decorre no âmbito do <i>workshop</i> da Sofid (Sociedade para o Financiamento do Desenvolvimento, Instituição Financeira de Crédito, SA.), sociedade financeira participada pelo Estado. Este fundo vai financiar projectos de investimento privados ou públicos em Moçambique feitos

Iniciativa	Sumário
	através de empresas portuguesas, parcerias integradas por elas ou que envolvam aquisição de bens e serviços de origem portuguesa.
Convenção com a República Oriental do Uruguai	Foi aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Setembro a Convenção entre a República Portuguesa e a República Oriental do Uruguai para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento e sobre o património e o respectivo Protocolo, ambos assinados em 30 de Novembro de 2009.
Acordo com Jersey	Foi aprovado em Conselho de Ministros de 23 de Setembro o Acordo entre a República Portuguesa e Jersey com vista à cooperação administrativa no domínio de troca de informações em matéria fiscal.
Acordo com Santa Lúcia e os Estados de Guernsey	O Conselho de Ministros de 21 de Outubro aprovou os Acordos entre a República Portuguesa e Santa Lúcia e os Estados de Guernsey sobre a troca de informações em matéria fiscal, no âmbito da cooperação administrativa nesta matéria.

2. Selecção de Medidas Legislativas

Assunto/Diploma	Descrição
<i>Estratégia Nacional da Energia 2020</i> Decreto-Lei n.º104/2010 – Série I n.º190, de 29/09	No âmbito da ENE 2020, estabelece-se o procedimento aplicável à extinção das tarifas reguladas de venda de electricidade a clientes finais, no continente, com consumos em muita alta tensão (MAT), alta tensão (AT), média tensão (MT) e baixa tensão especial (BTE) a partir do dia 1 de Janeiro de 2011, no âmbito da consolidação do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL).
<i>8.ª Fase de reprivatização do capital social da EDP – Energias de Portugal, S.A.</i> Decreto-Lei n.º 105/2010 – Série I n.º192, de 1/10	Aprova a 8.ª fase do processo de reprivatização da EDP Energias de Portugal, S.A
<i>Condições de Reembolso do SIME, SIVETUR e PITER</i> Portaria n.º1020/2010 – Série I n.º194, de 06/10	Adopta mecanismos que permitam flexibilizar as condições de reembolso dos incentivos concedidos no âmbito do Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial, do Sistema de Incentivos a Produtos Turísticos de Vocação Estratégica e da Medida de Apoio aos Programas Integrados Turísticos de Natureza Estruturante e Base Regional, a fim de evitar que as empresas entrem em situações de incumprimento definitivo, colocando em risco os investimentos apoiados e a sua própria solvabilidade.
<i>Fundo de Modernização do Comércio</i> Despacho n.º 15218/2010 – Série II n.º195, de 07/10	Operacionaliza o Fundo de Modernização do Comércio, estruturando-o com base no Regulamento do Sistema de Apoio a Acções Colectivas (SIAC).
<i>Preços de Venda ao Público de Medicamentos</i> Portaria n.º1041-A/2010 – Série I n.º195, de 07/10	Estabelece uma dedução a praticar sobre os preços máximos autorizados de venda ao público (PVP) dos medicamentos de uso humano comparticipados, por razões de interesse público na sustentabilidade dos gastos do Estado com medicamentos.
<i>Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais</i> Decreto-Lei n.º 111/2010 – Série I n.º201, de 15/10	Altera o regime dos horários de funcionamento das grandes superfícies comerciais, localizadas, ou não em centros comerciais, descentralizando a decisão de alargamento ou restrição dos limites horários das autoridades municipais.
<i>Lei de Enquadramento Orçamental</i> Lei n.º 48/2010 – Série I n.º203, de 19/10	Quarta alteração à Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto (Lei de Enquadramento Orçamental).
<i>Registo Nacional de Turismo</i> Portaria n.º 1087/2010 – Série I n.º206, de 22/10	Regulamenta o Registo Nacional de Turismo (RNT), que se trata de um registo nacional de turismo centralizador de toda a informação relativa aos empreendimentos e empresas do turismo a operar no País.

Abreviaturas Utilizadas

